

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO

PAOLA DUARTE PRESTES

**PROPRIEDADE RURAL E FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL: LIMITAÇÕES À
DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA**

CURITIBA
2017

PAOLA DUARTE PRESTES

**PROPRIEDADE RURAL E FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL: LIMITAÇÕES À
DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA**

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, no Curso de Graduação em Direito – Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Katya Regina Isaguirre-Torres

CURITIBA

2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a meus pais, por nunca terem me deixado faltar nada e sempre me proporcionarem o melhor estudo possível, mesmo com todas as dificuldades. Sei que não foi fácil abrir mão da convivência diária com a filha de vocês desde muito cedo para que eu pudesse estudar fora e trilhar meu caminho até aqui. Mesmo com a distância, nunca deixei de sentir a presença de vocês me acompanhando em cada passo. Eu amo vocês, e não tenho palavras para agradecer todo o apoio e carinho.

Agradeço imensamente minha família, que também acompanhou e torceu por mim nos momentos mais importantes de minha vida, principalmente aquela parte que me acolheu quando vim para Curitiba estudar aos 15 anos. Um agradecimento especial à minha avó Cida, a mulher mais forte que conheço e a quem eu devo toda a gratidão do mundo. Ao meu avô Percival que, mesmo não estando mais entre nós, está sempre em meus pensamentos e sei que estaria orgulhoso de ver a sua primeira neta chegar onde chegou.

Agradeço aos meus amigos. Quem me conhece sabe a importância que eles têm em minha vida. Agradeço, em especial, a Jessica, Letícia, Maria Clara Hanna, Sabrina, Lyessa, Duda, Gabi, Mayza, Lucas Scheidweiler, Lucas Chermont, Lucas Saikali, Waldir Felix e Victor Veiga, todos que conheci nesta universidade e cultivei a mais valiosa amizade, uma amizade que rezo para que ultrapasse essas colunas do Prédio Histórico e dure a vida toda.

Não posso deixar de agradecer também aqueles meus amigos que mesmo com a distância sempre estiveram me ouvindo e torcendo por mim. Especialmente, agradeço a Fernanda, Bianca, Brenda, Dani e ao Nicolas.

Agradeço a todos os professores com quem tive aula nesta faculdade. Cada um à sua maneira ensinou a importância de um direito justo e garantidor dos direitos humanos.

Por fim, um agradecimento mais que especial à minha professora e orientadora Katya Isaguirre, um exemplo de profissional que tive a honra de conhecer através do projeto de extensão Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Agroecológica que, aliás, foi uma das melhores experiências que tive nesta faculdade. À Katya, sempre dedicada como professora e orientadora, o meu muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o instituto da função socioambiental da propriedade adentrando nas dificuldades enfrentadas na concretização de uma desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária por descumprimento da legislação ambiental. A interpretação sistemática da Constituição Federal e normas infraconstitucionais que aqui se propõe, revela que não há contradição entre o direito de propriedade, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a função socioambiental da propriedade. Busca se mostrar que a preservação do meio ambiente natural do imóvel está intrinsecamente ligada ao seu desempenho produtivo. Quando o grande proprietário rural se desincumbe dos deveres advindos da função socioambiental da propriedade, focando apenas na exploração irrestrita da produtividade do imóvel em detrimento da manutenção e preservação dos recursos naturais ali inseridos, merece ter sua terra expropriada. Esta pesquisa relata as limitações que este modelo de desapropriação enfrenta no cenário capitalista agroindustrial, onde tão somente o imóvel atingindo os níveis de produtividade estabelecidos, já configura óbice para o processo de expropriação. Em análise do tratamento do Judiciário ao tema, verifica-se que este ainda encontra dificuldades na construção de decisões que valorizem a ordem ambiental e são raras aquelas a favor da desapropriação para fins de reforma agrária quando verificada o desrespeito ambiental na propriedade rural. A desapropriação possibilita a recuperação do meio ambiente degradado e os assentamentos da reforma agrária já fazem uso de técnicas que ajudam a resgatar a agrobiodiversidade brasileira, ao mesmo tempo em que uma agricultura de bases sustentáveis dignifica a vida nos campos e nas cidades.

Palavras-chave: Função Socioambiental. Propriedade rural. Desapropriação. Reforma Agrária. Função Social. Meio Ambiente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO AGRICULTURA E FLORESTA PARA A FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL.....	11
1.1 Meio ambiente ecologicamente equilibrado e o resgate da agrobiodiversidade.....	14
1.2 Nova Lei Florestal: a proteção do ambiente rural tem salvação?.....	19
2 A DESAPROPRIAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL.....	26
2.1 Requisitos constitucionais para o cumprimento da função socioambiental do imóvel rural.....	30
2.2 Preservação ambiental como requisito para o cumprimento da função social: a função socioambiental da propriedade rural.....	34
2.3 Desapropriação para fins de reforma agrária por descumprimento da função socioambiental da propriedade.....	42
3 DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: UMA DESAPROPRIAÇÃO POSSÍVEL (?) E JUSTA.....	50
3.2 Caso Fazenda Campo do Paiol.....	50
3.3 Discussão dos resultados: a necessária mudança de racionalidade para a promoção da agrobiodiversidade.....	53
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

INTRODUÇÃO

Cabe inicialmente ressaltar nesta pesquisa que o Brasil é um país vasto e dono de uma verdadeira diversidade fundiária que ainda é pouco reconhecida oficialmente. A questão fundiária ultrapassa a mera redistribuição de terras, aparecendo como “uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial.”¹

No decorrer do século XX, mesmo diante de toda a resistência enfrentada, a população do campo se conscientizou e adquiriu uma maior convicção política devido a sua proximidade com outros movimentos, os líderes camponeses adquiriram cada vez mais cultura política e ideológica, discutindo temas importantes no cenário nacional e internacional e se posicionando frente aos fenômenos sociais. Todavia, como consequência direta disso, sofreram uma maior criminalização ainda do poder hegemônico².

A partir da metade da década de 80, com a abertura política do país, inúmeros movimentos sociais começaram a surgir, como, por exemplo, a Pastoral da Terra, apoiados pela Igreja Católica e que promovia uma forte discussão da questão agrária brasileira. Neste cenário é que nasceu o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, o MST, que pode ser considerado um dos movimentos mais fortes e organizados difundidos pelo Brasil, conhecidos por sua intensa participação política nas questões da reforma agrária.³

Apesar da forte influência dos movimentos sociais, os assentamentos a reforma agrária ainda ficaram à mercê da influência do modelo do agronegócio produtivista.

¹ LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Disponível em: <http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf>. Acesso em: 10/07/2017. p. 2

² MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: O Editor, 2003. p. 106.

³ Edson Luiz Peters ainda completa: “(...)A bandeira maior do MST é a reforma agrária pela via da democratização do acesso à terra, combate ao latifúndio e ocupação de áreas consideradas pelas suas lideranças como suscetíveis de desapropriação, ainda que pela força e uso de armas, sob alegação de lentidão crônica dos governos em realiza-la. Isto, evidentemente, por vezes, encontra reação dos proprietários, inclusive armada, gerando conflitos sociais de vulto, com muitas mortes, inclusive chacinas, mostradas pela mídia televisiva.” PETERS, Edson Luiz. **Meio Ambiente e Propriedade Rural**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2006. p. 118-119

É nesse ambiente que a discussão sobre a recuperação e conservação da agrobiodiversidade cresce em vista da necessidade de uma política agrícola viável e de qualidade, com a produção de alimentos saudáveis e diversificados a partir de práticas e técnicas que promovam o respeito e a preservação do meio ambiente rural, evitando o esgotamento dos solos, das fontes de água, florestas, e demais elementos naturais ali inseridos.

“Nascido nesse processo de enfrentamento contra a política hegemônica de modernização agropecuária, desde sua gênese o MST sofreu influência nos modos de vida e nas formas de sociabilidade existentes em suas comunidades por esse modelo hegemônico. Consequentemente, parte da luta tem sido construir ‘respostas’ a esse modelo, sendo a Agroecologia a mais recente.”⁴

Isto é, para além da questão social de distribuição de terras que permeia a reforma agrária, faz-se mister destacar a importância da preocupação com o meio ambiente.

Entre algumas das soluções encontradas está a introdução no âmbito de diversos assentamentos de uma agricultura agroecológica⁵, resgatando práticas tradicionais e empenhando mecanismos que promovam a preservação e a gestão do meio ambiente e viabilizem um cenário de alimentação adequada.

A agroecologia vem ocupando espaço no território brasileiro e se encaixa na busca por formas alternativas de produção. É cada vez mais comum a organização de jornadas agroecológicas, bem como a formação de redes articuladas, de modo a garantir uma melhor organização, troca de conhecimentos e informações, para que sejam atingidos os objetivos desses produtores.

⁴ FRADE, Fernanda; SAUER, Sérgio. O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos da reforma agrária no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, p. 64-95, 2017. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/203/113>. Acesso em: 13/10/2017. p. 66.

⁵ É o exemplo do acampamento José Lutzenberger, localizado em Antonina/PR, vinculado ao MST. “A partir do estudo dessa comunidade, é possível realizar um diálogo entre as questões agrária, alimentar e ambiental: o acampamento representa um caso paradigmático de estudo, pois materializa a luta pela terra, está situado em uma unidade de conservação (necessitando de um sistema produtivo agroecológico) e se dedica à produção exclusiva de alimentos, para abastecer a população local.”. FERNANDES, Gabriela de Menezes; FACCO, Vinicius Antonio Banzato. Agroecologia e MST no leste paranaense: as experiências do assentamento do Constestado (LAPA/PR) e do Acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR). **Revista Pegada**, v. 16, n. especial, mai. 2015. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/3524/2882. Acesso em: 27/10/2017

“O estímulo à criação de sistemas locais e regionais de conservação, intercâmbio e melhoramento participativo de sementes crioulas/tradicionais, aliado às questões históricas de acesso à terra e ao território, à busca de estratégias produtivas de menor dependência de insumos externos e com maior respeito ao equilíbrio dos ecossistemas formam um conjunto de fatores essenciais para a busca de outro desenvolvimento sustentável.”⁶

Uma política de reforma agrária de qualidade depende de sua adequação à questão ambiental e ainda existem muitos problemas a serem enfrentados para sua completa efetivação, como a necessidade de um melhor planejamento dos instrumentos da política agrícola e fundiária, bem como a influência da agroindústria capitalista e os fatores econômicos por ela perpetrados.

Sem embargo, os assentados não estão isentos de preservar a natureza. As práticas de agricultura agroecológica e sustentáveis já observadas nos espaços da reforma agrária contribuem para a realização do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nas palavras de Dulce C. A. Whitaker⁷:

“(...) os assentamentos de reforma agrária podem ser tomados como modelos e serão levados em conta, quando as exigências da recuperação do meio ambiente obrigarem a superar os sistemas dos grandes cultivos. Embora tímida, nossa modesta reforma agrária pontilhou o país de milhares de pequenos lotes com suas soluções originais e alternativas aos fracassos dos planejamentos, recriando mosaicos e diversidade, eliminando a fome não só para seus agentes como, em muitos casos, para populações a sua volta.”

Os assentamentos da reforma agrária, portanto, tem o desafio de fazer a terra que foi desapropriada se reestruturar buscando alternativas ao grande cultivo e reintegrando o homem à natureza ali inserida, buscando a melhoria da qualidade de vida da comunidade local com valores de justiça social e preservação ambiental.

A relevância que a reforma agrária vem adquirindo para a proteção dos recursos naturais, dignificando a qualidade de vida no campo, vai de encontro com a realidade de grande parte dos latifúndios situados no território brasileiro, que cada vez mais fazem uso de técnicas agressivas ao meio ambiente, imprimindo padrões de produtividade típicos do modelo agroindustrial, que são alcançados com o

⁶ ISAGUIRRE-TORRES, Katya; FRIGO, Darci. **Série cadernos da agrobiodiversidade: desenvolvimento rural, meio ambiente e direitos dos agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais**. Volume 2, Terra de Direitos: Curitiba, dez. de 2013. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/relatorio-PDA-1.pdf>. Acesso em; 27/10/2017. p. 18.

⁷ WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. MDA, Brasília, 2008. p 336.

esgotamento quase total dos recursos naturais do imóvel e descumprimento da legislação ambiental.

Devido à complexidade do tema, o principal objeto deste trabalho é analisar a possibilidade da desapropriação para fins de reforma agrária do imóvel rural quando há tão somente a não observância das normas ambientais.

A função socioambiental da propriedade rural se satisfaz na proteção dos recursos naturais que integram o imóvel, com o fito de cumprir os pressupostos constitucionais da função social da propriedade, sob pena de desapropriação para fins de reforma agrária.

O que se vê é que os grandes latifúndios, ao serem considerados produtivos, não são desapropriados quando do descumprimento de regras ambientais. Dessa forma, se faz necessária uma consistente análise com o objetivo de constatar como a situação vem sendo tratada no cenário brasileiro, verificando os efeitos da lógica econômico-produtiva que permeia a ordem rural capitalista, e seus desdobramentos, principalmente no âmbito ambiental.

Para tanto, num primeiro momento, o presente trabalho se propõe a fazer algumas considerações importantes sobre o tratamento do meio ambiente e sua ligação com o direito de propriedade, demonstrando a importância da articulação desses dois institutos no contexto da função socioambiental.

Nesta toada, a pesquisa seguirá com uma dedicada análise da função socioambiental da propriedade rural, trazendo uma perspectiva do tema a partir da Constituição de 1988, que promoveu a já existente função social da propriedade a um princípio de ordem constitucional, inserido no rol de direitos e garantias fundamentais do cidadão, mas que ainda encontra vários óbices proporcionados da própria leitura de seus dispositivos, bem como de questões econômicas derivadas da ordem capitalista contemporânea.

Tendo como base a leitura dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que regulamentam a função social, com o foco especial na preservação ambiental como seu requisito, pretende-se mostrar que a conservação dos recursos naturais do imóvel não configura óbice para que este alcance níveis elevados de produtividade. Para tanto, será utilizada uma vasta pesquisa bibliográfica, com a exposição de pensamentos críticos que trazem luz à temática.

Uma vez bem delimitada a questão acima, coloca-se a necessidade de descrever as particularidades do processo de desapropriação da propriedade rural

para fins de reforma agrária por descumprimento da função social, nas suas fases administrativa e judicial, indicando a construção a ser realizada em casos de conflito entre direito de propriedade e o meio ambiente, para então se ingressar no estudo de caso, atentando para a necessária mudança para uma racionalidade que promova a agrobiodiversidade.

1 A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO AGRICULTURA E FLORESTA PARA A FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL

O cuidado com o ambiente dignifica a vida dos sujeitos do campo. Modelos de agricultura que respeitem os recursos naturais do imóvel rural são necessários e, na reforma agrária, este caminho vem sendo trilhado a partir da introdução de uma agricultura de bases agroecológicas. São formas sustentáveis de cultivo que coadunam com a finalidade constitucional de promover um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

“Um agrossistema em equilíbrio entre suas partes (solo, plantas, luz solar, umidade, ciclo de nutrientes, microorganismos, etc.) tem condições de minorar as perturbações surgidas pela ação do homem, dirigindo-as, o mais próximo possível, às condições naturais, com a intenção de restaurar a capacidade de recuperação (resiliência) e a potência das complexas interações inerentes à dinâmica e biodiversidade dos ecossistemas naturais.”⁸

Uma agricultura de bases sustentáveis não deve ficar adstrita aos pequenos e médios produtores. A função socioambiental da propriedade exige este comportamento principalmente dos latifundiários que podem ter a sua terra expropriada em razão do descaso com os recursos naturais.

Logo, a reconstrução de momentos importantes da história do direito ambiental, em especial o brasileiro, e a construção da abordagem do meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental e princípio da ordem econômica, objetiva demonstrar que terra, floresta, águas, enfim, todos os elementos naturais inseridos dentro do imóvel rural, se harmonizam e estão em perfeito equilíbrio com o direito proprietário.

Não obstante, observa-se a dificuldade que o debate sobre questões ambientais tem ao tentar entrar nos mais diversos setores que fazem parte de uma economia capitalista, quase que desenfreada, entre eles, o setor agroindustrial.

⁸ CARMO, Maristela Simões do; PINTO, Mauro Sérgio Vianello; COMITRE, Valeria. Estratégias agroecológicas e intervenção em assentamentos humanos: extensão de um rural sustentável. p 244. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. MDA, Brasília, 2008. p. 244.

Para José Afonso da Silva, o meio ambiente é globalizante e, portanto, consiste na interação não só do conjunto de elementos naturais, como também dos elementos artificiais e culturais, de modo a propiciarem o desenvolvimento equilibrado da vida na sua totalidade de formas.⁹

Por essa razão, que a preservação ambiental, assim como a recuperação e revitalização do meio ambiente, deve ser vista como uma obrigação do Poder Público e, por consequência, abrangida pelo Direito¹⁰. Isso em nenhum momento significa a retirada dos sujeitos do campo, pelo contrário, é compatibilizar a conduta humana com os fatores ambientais à sua volta de modo a compor um ambiente de vida digno a estas pessoas.

Para tratar de meio ambiente a agricultura é preciso admitir que o espaço rural não é socialmente vazio, como o modelo dominante quer fazer ver, mas sim, um mosaico de práticas, culturas e saberes que podem e devem ser vistos para repensar a importância da ruralidade no desenvolvimento da sociedade. (...) existe não apenas um, mas diversos modelos de agricultura que podem informar padrões sustentáveis de produção ao tempo em que assegurem o direito de seus atores sociais de produzir e viver com liberdade.¹¹

Historicamente, entre o final da década de 60 e início da década de 70 no contexto de uma série de livros, congressos e encontros internacionais, todos afirmando a necessidade de rediscutir os rumos que o desenvolvimento vinha tomando, e gerando sobre a natureza, é que se consolida a consciência da crise ambiental moderna¹².

Neste âmbito, um conceito que está cada vez mais em voga nas discussões que permeiam a matéria ambiental, o de desenvolvimento sustentável, surge e ganha força em 1987 quando divulgado no Relatório Nosso Futuro Comum (Relatório de Brundtland)¹³, e em sua construção encontra-se “intimamente ligado à responsabilidade das atuais perante as futuras gerações”.¹⁴

⁹ SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 18.

¹⁰ Ibidem, p. 19.

¹¹ ISAGUIRRE-TORRES; FRIGO, op. cit., p. 8.

¹² FOLADORI, Guillermo. **Avanços e limites da sustentabilidade social**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/214/176>. Acesso em: f15/08/2017. p. 104.

¹³ Importa ressaltar que, segundo Foladori: “O desenvolvimento sustentável incorpora à conservação da natureza externa (sustentabilidade ecológica) a sustentabilidade social e também uma sustentabilidade econômica.” FOLADORI, loc. cit.

¹⁴ FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 238.

Ao final da década de 80, início da década de 90, em especial com a divulgação do Relatório de Brundtland e a realização da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, a RIO-92, também conhecida como ECO-92, surgiram estudos abarcando o desenvolvimento socioambiental agrário. O debate se volta ao quadro de reorganização do meio rural face a sociedade globalizada, levando a um questionamento em relação aos processos homogeneizadores da produção, a propósito de suas consequências sociais e ambientais.¹⁵

O entendimento do desenvolvimento sustentável, no entanto, é predominantemente calcado num modelo neoliberal que reduz sua lógica ao não decrescimento do bem-estar das populações e ao crescimento econômico em nível ótimo, no sentido de ser um simples meio de eficiência econômica acrescida à gestão dos recursos naturais. Essa “sustentabilidade fraca” merece ser repudiada, tendo em vista que o critério da eficiência não é adequado para lidar com as questões trazidas pelo desenvolvimento sustentável.¹⁶

“A sustentabilidade de um rural, singular, no entendimento proposto, é não dissociar o agrícola do rural. O rural é visto como o espaço de vida, de moradia, de relações de uma população, enquanto o agrícola é o espaço da produção agropecuária, e como tal, não obrigatoriamente precisa ser desprovido de gente. Operacionalizar o conceito de sustentabilidade no campo direciona à construção de estratégias locais e particulares, que respeitem as condições agroambientais, e a contribuição dos atores da localidade na busca do conhecimento e na ação social.”¹⁷

O que vale a pena ressaltar é que o discurso ambiental, desde logo, tem reflexos no meio rural, visto que a exploração da terra está intrinsecamente ligada com a preservação de recursos naturais e do uso sustentável do solo. Se o modelo de prática agrícola adotado na propriedade mantiver “a preferência pela

¹⁵ BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambient. soc.** [online]. 2005, vol.8, n.1, pp. 51-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2005000100004&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 20/08/2017, p. 6-8.

¹⁶ SILVA, op. cit., p. 26

¹⁷ CARMO, Maristela Simões do; PINTO, Mauro Sérgio Vianello; COMITRE, Valeria. Estratégias agroecológicas e intervenção em assentamentos humanos: extensão de um rural sustentável. p 244. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. MDA, Brasília, 2008. p. 267.

produtividade em detrimento da proteção do meio ambiente, logo aquela estará prejudicada pelo esgotamento dos recursos naturais que lhe sustentam”¹⁸.

No território brasileiro, a temática do meio ambiente foi sendo introduzida na agricultura após a Revolução Verde ocorrida na década de 70, que promoveu um processo de modernização no campo¹⁹.

O debate ambiental foi estimulado na comunidade rural e passou a envolver cada vez mais questões ligadas diretamente ao uso e manejo do solo e espaços protegidos dentro da propriedade. A preocupação passou a ser sobre como manter a terra produtiva e atender à crescente demanda do setor agroindustrial sem que para isso houvesse o esgotamento dos recursos naturais disponíveis dentro de uma propriedade.

1.1 Meio ambiente ecologicamente equilibrado e o resgate da agrobiodiversidade

Especificamente no Brasil, devido a sua extensão territorial que abriga um mais vasto ainda patrimônio ecológico, a preocupação com o meio ambiente está inserida numa problemática maior, fortemente marcada por aspectos sociais e econômicos, e que obriga que o Estado a normatizar e estruturar mecanismos de solução de conflitos ambientais, fazendo com que o direito deixe de exercer apenas uma função simbólica²⁰.

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer um novo paradigma ambiental, nunca antes visto na legislação constitucional brasileira ao articulá-lo como um direito fundamental, parecia ter a solução para boa parte dos problemas envolvendo o meio ambiente:

A promulgação da Ordem Constitucional de 1988 inaugurou, assim, um novo paradigma ambiental, tratando-se da primeira Carta Fundamental brasileira a empregar o conceito meio ambiente, reconhecendo-o como bem jurídico autônomo (macrobem) e abordando a matéria de forma sistêmica e abrangente. (...)

¹⁸ BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Função ambiental da propriedade rural**: direito ambiental, função social da propriedade, bens ambientais, espaços territoriais especialmente protegidos, indenização, legislação, jurisprudência. São Paulo: LTr, 1999. p. 198

¹⁹ BRANDENBURG, op cit., p. 1.

²⁰ BORGES, op, cit., p. 58.

O modelo de Estado consagrado na Ordem Constitucional de 1988 – designado pela doutrina nacional por Estado Socioambiental Democrático de Direito Brasileiro – contempla todos os elementos acima destacados; seu núcleo normativo está contido no art. 225 da CF/88, o qual estabelece, em seu caput, o direito (e dever) fundamental de terceira-dimensão, atribuído, simultaneamente, ao indivíduo e à coletividade, cujo fundamento assenta-se no valor da solidariedade.²¹

O artigo 225²² da Constituição coloca o meio ambiente ecologicamente equilibrado como sendo um direito de todos e bem de uso comum da população, essencial à sadia qualidade de vida. O dever de preservação é imposto não só ao Poder Público, mas também a toda coletividade²³. A ideia de desenvolvimento sustentável vem forte ao final do artigo, quando este menciona que a defesa e preservação da natureza visam além das presentes, as futuras gerações.

O mencionado dispositivo não se encontra no rol de direitos e garantias fundamentais do Título II da CF, todavia, se consagra como um direito fundamental “e como princípio constitucional, a ser prioritariamente considerado na interpretação das instituições jurídicas, no exercício de atividades e interesses particulares e principalmente, nas decisões judiciais.”²⁴.

“A qualidade ambiental deve, portanto, ser reconhecida como elemento integrante do conteúdo normativo do princípio da dignidade da pessoa humana, especialmente em razão da sua imprescindibilidade à manutenção e à existência de vida e de uma vida com qualidade, sendo fundamental ao desenvolvimento de todo potencial humano num quadrante de completo bem-estar existencial.”²⁵

No mais, o art. 225, em seus parágrafos e incisos estabelece determinadas condicionantes a serem observadas pelo Poder Público e demais destinatários

²¹ GONÇALVES, Mariana Berardinelli Vieira Braz. **Função socioambiental da propriedade como corolário do Estado Socioambiental Democrático de Direito Brasileiro**. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4865/2901>. Acesso em: 25/08/2017. p. 101-103.

²² BRASIL. **Constituição** (1988). Art. 225.

²³ “Quando se pensa em proteção ambiental, vêm à mente imposições, limitações, sanções aos transgressores. Contudo, é evidente que a isto de preceder o esclarecimento, a conscientização, a prevenção. Os resultados sempre mais satisfatórios se houver o apoio das pessoas envolvidas. Não é possível colocar um guarda ambiental a cada 200 metros em nosso país, vigiando permanentemente todos os brasileiros. É necessário que todos participem da defesa do meio ambiente, e por isso mesmo a Constituição Federal deixou expresso, no art.225, caput, que isso é um dever de todos.” FREITAS, op. cit., p. 153.

²⁴ CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função Social e Ambiental da Propriedade**. Florianópolis: Visualbooks, 2003. p. 91

²⁵ SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Estado socioambiental e o mínimo existencial (ecológico?): algumas aproximações. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.) **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. p. 13

desse direito, de modo a coibir o uso irrestrito do meio ambiente e assegurar a efetividade do mandamento constitucional, é o que Sarlet e Fensterseifer intitulam de “dupla funcionalidade da proteção ambiental no ordenamento jurídico brasileiro”²⁶, pois ao mesmo tempo que a Constituição a reconhece como um objetivo e tarefa estatal, se mostra também como um direito (e dever) de cunho fundamental do indivíduo e de toda a coletividade, resultando num conjunto de direitos e deveres de ordem ecológica.

Destacam-se aqui, entre as condutas estabelecidas no §1º, o dever que o Poder Público tem de definir espaços territoriais especialmente protegidos, de proteção da fauna e da flora, e de exigir estudo prévio de impacto ambiental para obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação da natureza, a exemplo das atividades de agropecuária intensiva.

Outro parágrafo do mesmo artigo também merece uma atenção especial, pois assim dispõe: “§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”²⁷, tratando da responsabilização de pessoas físicas e, inclusive, pessoas jurídicas, por dano ambiental.

A preocupação ambiental aparece com tamanha força na Constituição Federal de 1988, que a defesa do meio ambiente ainda é trazida como princípio matriz da ordem econômica, de acordo com a redação dada ao art. 170, inc. VI.²⁸

A leitura que se deve fazer é que, a partir do momento que o meio ambiente entra na estrutura principiológica da ordem econômica, estes não podem ser dissociados. Sarlet e Fensterseifer chamam isso de “um capitalismo socioambiental (ou ecológico)”²⁹, de forma que toda atividade econômica capitalista, seja no campo ou na cidade, a partir de então deve ser realizada conforme os ditames ambientais, a ponto de se estabelecer que “toda e qualquer prática econômica contrária à

²⁶ Ibidem, p. 14

²⁷ BRASIL. **Constituição** (1988). Art. 225, §3º.

²⁸ “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;”

²⁹ SARLET; FENSTERSEIFER, op. cit., p. 24

proteção do mínimo existencial ambiental deverá ser qualificada como constitucionalmente ilegítima (...)”³⁰.

Neste contexto de construção de práticas econômicas sustentáveis, a Agenda 21, documento assinado e resultante da ECO-92, quando trata do desenvolvimento rural e agrícola sustentável, coloca como sua meta principal a produção duradoura de alimentos e a promoção da segurança alimentar através da política agrícola, reforma agrária, um sistema de participação e diversificação de rendimentos, e ainda, a conservação da terra, na busca também por um melhor manejo dos insumos utilizados³¹.

A conjuntura da segurança alimentar trazida no referido documento é deveras importante quando se percebe a redução da área cultivada de alimentos em razão da consequente expansão das fronteiras agrícolas para a produção de produtos destinados à exportação, as “commodities”, que são amplamente estimuladas e beneficiadas no âmbito da política agrícola brasileira, trazendo, antes de tudo, um modelo de produção agroalimentar insustentável, aferido pela introdução de organismos geneticamente modificados sem o devido estudo de suas consequências na saúde humana e no meio ambiente, bem como o uso cada vez acentuado de agroquímicos que são capazes de contaminar plantações, o solo e a água³².

Tudo isso causa o enfraquecimento da agrobiodiversidade e ampliação da insegurança alimentar na medida em que a população cresce e a demanda por alimentos aumenta.

Mas, afinal, o que é agrobiodiversidade?

A agrobiodiversidade “se manifesta sob a diversidade de plantas cultivadas, de ecossistemas agrícolas e tradições, e também de costumes e práticas associados, que são produzidos e transmitidos por trabalhadores locais e tradicionais”³³. A promoção da agrobiodiversidade deve se dar no sentido da

³⁰ SARLET; FENSTERSEIFER, loc. cit.

³¹ FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **A propriedade no direito ambiental: a dimensão ambiental da função social da propriedade**. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Esplanada, 2005. p. 204.

³² ISAGUIRRE-TORRES; FRIGO, op. cit., p. 13-14.

³³ MACHADO, Altair Toledo; SANTILI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Embrapa Informação Tecnológica: Brasília, 2008. Disponível em; <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20agrobiodiversidade%20com%20enfoque%20agroecol%C3%B3gico%20->

recuperação de uma agricultura diversificada, que produza alimentos saudáveis e que respeite o espaço natural³⁴, focada na conservação da biodiversidade brasileira.

Dessa forma, as políticas públicas agroambientais devem conceder a devida relevância e prioridade aos sistemas diversificados de cultivo que trabalham no manejo da agrobiodiversidade focado em práticas agroecológicas e sob o prisma participativo, a fim de minimizar os efeitos decorrentes da perda da biodiversidade. Para tanto, as comunidades locais devem ser valorizadas e seu papel para a conservação e uso da biodiversidade reconhecido e estimulado³⁵.

“A importância imensa dos agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais desafia o pensamento de que o desenvolvimento social é incompatível com a manutenção de padrões sustentáveis de qualidade ambiental, isso porque seu modo de vida nos informa um conjunto de saberes e experiências que colocam esses atores sociais como guardiões da agrobiodiversidade.”³⁶

Sauer e França são enfáticos ao constatar “uma simbiose ou interdependência entre a conservação ambiental e a segurança alimentar, pois a produção agrícola depende da disponibilidade de serviços ecossistêmicos.”³⁷. Por isso que o incentivo a instrumentos como os trazidos na Agenda 21 são essenciais e devem ser visados em políticas públicas a serem implementadas, a fim de evitar um processo de perda da qualidade de vida e degradação irreversível do meio ambiente natural rural.

Necessário, contudo, ressaltar que somente a inclusão de uma política de âmbito nacional para a agroecologia e produção orgânica de alimentos não é o bastante quando se observa que o sistema jurídico brasileiro segue reconhecendo normas que beneficiam a continuidade dos riscos sociais e ambientais do modelo de produção capitalista dominante. Por este motivo, todos os atores sociais envolvidos devem acompanhar as iniciativas do legislativo para o campo e analisar as

.%20implica%C3%A7%C3%B5es%20conceituais%20e%20jur%C3%ADdicas.pdf. Acesso em: 13/10/2017. p 14

³⁴ “Pensar em desenvolvimento rural nos tempos atuais exige uma nova significação do rural como um espaço diversificado, plural e de grande importância ambiental. (...) A transição para outra agricultura deve ter em conta que as agriculturas familiar e camponesa apresentam resultados mais significativos que os do agronegócio para a segurança alimentar do país.” ISAGUIRRE-TORRES; FRIGO, op. cit., p. 10.

³⁵ Ibidem, loc. cit.

³⁶ ISAGUIRRE-TORRES; FRIGO, op. cit., p. 8.

³⁷ SAUER, Sérgio; FRANÇA, Franciney Carreiro de. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, Salvador, v. 5, n.65, p. 285-307, Maio/Ago. 2012. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=930>. Acesso em: 16/07/2017. p. 302.

propostas de maneira integrada, para se compreender que a elaboração de políticas contraditórias pode obstar a trajetória da ruralidade sustentável.³⁸

Guilherme José Purvin de Figueiredo, em sua obra “A propriedade no direito ambiental”, levanta aspectos relevantes e atuais acerca da questão agrária e dos problemas a serem enfrentados pelo Direito Ambiental Brasileiro, por ocasião da passagem do milênio:

“A passagem do milênio é caracterizada pelas lutas do Movimento dos Sem Terra – MST pela justiça agrária e social, pelo fortalecimento dos movimentos ecológicos internos e internacionais, pela denúncia da chamada “indústria das desapropriações ambientais milionárias” e por conflitos envolvendo populações indígenas. É, também, uma época caracterizada pelo advento de uma nova monocultura – a da soja -, voltada quase que inteiramente à exortação e agora agravada por um dado científico antes imponderável: a engenharia genética (e o risco de perda do controle dos grãos modificados geneticamente no meio ambiente). Todavia, o Direito Ambiental Brasileiro deste novo milênio deverá enfrentar problemas novos, que não se enquadram com tanta facilidade na equação que até então vínhamos tratando (latifúndios, degradação das matas e escravidão, esta seguida pela exploração do trabalhador).”³⁹

A maior parte dos problemas “deste novo milênio” expostos pelo autor supracitado estão longe de serem solucionados, muitos deles sequer são alvo de uma fiscalização efetiva e, infelizmente, apesar de sua proibição, o retrocesso em matéria ambiental permeia de forma recorrente a atuação do executivo, legislativo e do judiciário brasileiros⁴⁰.

1.2 Nova Lei Florestal: a proteção do ambiente rural tem salvação?

O ordenamento jurídico brasileiro lança mão de instrumentos de proteção ambiental, ainda que mínima, nas propriedades rurais, a exemplo da polêmica Lei Florestal (Lei 12.651/2012) que, menos protetiva que o Código Florestal de 1965 ao qual substituiu, trata das reservas legais e das áreas de preservação permanente

³⁸ ISAGUIRRE-TORRES; FRIGO, op. cit., p. 18.

³⁹ FIGUEIREDO, op. cit., p. 173.

⁴⁰ Para aprofundamento do tema proibição do retrocesso ambiental: NOGUEIRA, Alexandre de Castro. A (in)aplicabilidade do princípio da proibição de retrocesso ambiental no direito brasileiro. **Revista de Direito e Liberdade**, v. 15, p. 11-37, 2013. Disponível em: http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/viewFile/542/527.

(APP's) dentro da propriedade rural, considerados espaços territoriais especialmente protegidos em sentido estrito⁴¹.

“Conforme os cientistas, APPs e RLs são fundamentais para a segurança alimentar, hídrica, energética e climática. Em especial as APPs evitam o deslizamento de encostas, a erosão e o assoreamento de corpos de água, prevenindo enchentes e inundações, garantindo a quantidade e a qualidade dos mananciais de água. Essas áreas preservadas são essenciais à produção agrícola também por regularem o regime de chuvas e o clima regional, realizarem o controle de pragas e a polinização de diversos cultivos.”⁴²

As Áreas de Preservação Permanente buscam a proteção de ambientes específicos de uma propriedade, estabelecidos na própria Lei Florestal, e possuem a função ambiental de preservar os recursos naturais e manter a estabilidade de todo o ecossistema à sua volta. Por sua vez, as áreas de Reserva Legal são espaços de preservação e manejo sustentável obrigatórios a todo o imóvel rural, com a extensão variando de acordo com o bioma no qual o imóvel está inserido⁴³.

A Lei Florestal, comumente conhecida como novo Código Florestal, alterou disposições referentes aos espaços territoriais especialmente protegidos e outros espaços ambientais tutelados por ele, o que causou alvoroço, polêmica e muita discussão entre ruralistas e ambientalistas. Não há necessidade de uma análise mais apurada, para dar-se conta de que nos trâmites da citada Lei, a bancada ruralista deixou claro o seu desejo pela apropriação absoluta da terra, de forma que as restrições à sua exploração diminuíssem consideravelmente.

Uma das questões mais polêmicas e debatidas na nova Lei, e que parece marginalizar o instituto da função ambiental da propriedade, se deu em torno da definição de área rural consolidada: “IV - área rural consolidada: área de imóvel rural

⁴¹ Roxana Borges diferencia espaços territoriais especialmente protegidos em sentido lato (sentido estrito + unidades de conservação), e em sentido estrito (reservas legais e APP's). BORGES, op. cit., p. 118.

⁴² SOUZA, Oswaldo Braga de. **STF inicia o mais importante julgamento da história sobre meio ambiente, na quarta (13/9)**. Instituto Socioambiental (ISA), 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-inicia-proxima-quarta-139-o-mais-importante-julgamento-da-historia-sobre-meio-ambiente>. Acesso em: 20/09/2017.

⁴³ “Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa; (...)”

com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;⁴⁴.

Nesse sentido, não importa se o local ocupado de maneira irregular seja uma área de proteção permanente, encosta de morro, ou até mesmo Reserva Legal, as ocupações ocorridas em áreas que deveriam ser preservadas que ocorreram antes de 22 de julho de 2008, são tidas como área rural consolidada. Os donos da terra terão suas responsabilidades de adotar técnicas de conservação do solo e água como forma de atenuar os impactos da ocupação irregular, mas esses mecanismos de conservação ainda são ambientalmente frágeis, e tendem apenas a reduzir minimamente os danos já causados⁴⁵.

“O Código Florestal de 1965, revogado pela lei de 2012, obrigava a recomposição total das APPs desmatadas. A nova lei isenta de recomposição as áreas “consolidadas” (com agricultura ou pecuária, em geral desmatadas) até julho de 2008, prevendo a recomposição ou a manutenção de uma faixa bastante reduzida em relação à APP original, de acordo com o tamanho da propriedade (imóveis menores têm que recompor áreas menores).”⁴⁶

A área rural consolidada sustenta o risco de legitimar qualquer desmatamento ilegal ou degradação ambiental ocorrido anteriormente nessas áreas, que ficam sem sanção alguma. Essa ação dá margem para uma anistia em relação aos crimes ambientais praticados dentro das propriedades⁴⁷.

Segundo informações fornecidas pelo Instituto Socioambiental (ISA) em seu site⁴⁸, estima um estudo realizado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) que o popularmente conhecido como Novo Código Florestal reduziu o passivo ambiental de APPs e RLs desmatadas de forma ilegal de aproximadamente 60 milhões de hectares para algo por volta de 19 milhões de hectares. Isso quer dizer

⁴⁴ BRASIL. **Lei n.º 12.651**, de 25 de maio de 2012. Art. 3º, inciso IV.

⁴⁵ SAUER; FRANÇA, op. cit., p. 289.

⁴⁶ SOUZA, Oswaldo Braga de. **STF inicia o mais importante julgamento da história sobre meio ambiente, na quarta (13/9)**. Instituto Socioambiental (ISA), 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-inicia-proxima-quarta-139-o-mais-importante-julgamento-da-historia-sobre-meio-ambiente>. Acesso em: 20/09/2017.

⁴⁷ SAUER; FRANÇA, op. cit., p. 289-290.

⁴⁸ SOUZA, Oswaldo Braga de. **STF inicia o mais importante julgamento da história sobre meio ambiente, na quarta (13/9)**. Instituto Socioambiental (ISA), 2017.

que cerca de 41 milhões de hectares devastados foram anistiados ao serem considerados áreas rurais consolidadas.

A referida Lei, essencialmente agrária, é repleta de inconstitucionalidades, algumas delas atualmente em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ao todo, são quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), três delas propostas pela Procuradoria Geral da República e uma pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

As ADIs questionam diversos dispositivos referentes à diminuição das APP's, à redução da área de Reserva Legal, às áreas rurais consolidadas, aqui já discutidas e que concedem anistia para quem promoveu o desmatamento de suas terras, e, ainda, versam sobre o descumprimento da função social da propriedade.⁴⁹

No mais, o ISA elencou algumas das mudanças provocadas pela Lei de 2012⁵⁰. As APPs também sofrem o risco de redução, sobretudo nas bacias da Amazônia e o Pantanal, pois, a partir da nova legislação, o seu tamanho, que era medido em relação ao leito maior na época de cheia, passou a ser considerado de acordo com o “leito regular” do rio. Nas áreas das bacias aqui destacadas os períodos de inundação e as áreas alagáveis acabam sendo maiores que nos demais biomas, o que fará com que a área de preservação permanente diminua nessas regiões.

Sobre a Reserva Legal (RL) as alterações mais expressivas são duas: primeiramente, o cálculo da área de RL deve incorporar as áreas de APP; em segundo lugar, em decorrência da polêmica área rural consolidada, aquelas pequenas propriedades rurais, assim considerados por terem menos de 4 módulos fiscais serão desobrigados da recomposição do passivo de Reserva Legal gerado até 22 de julho de 2008.

Crucial, neste momento, que a população esteja ciente das mudanças provocadas por diversos dispositivos da nova Lei Florestal, que, uma vez violadores do texto constitucional, sobretudo, do princípio da vedação do retrocesso ambiental, vêm sendo constantemente questionados, não só por órgãos de proteção ambiental,

⁴⁹ SCHRAMM, Franciele Petry. **Código Florestal não preserva integralmente a biodiversidade, apontam advogados durante julgamento no STF**. Terra de Direitos, 2017. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/codigo-florestal-nao-preserva-integralmente-a-biodiversidade-apontam-advogados-durante-julgamento-no-stf/22615>. Acesso em: 20/09/2017

⁵⁰ SOUZA, Oswaldo Braga de. **STF inicia o mais importante julgamento da história sobre meio ambiente, na quarta (13/9)**. Instituto Socioambiental (ISA), 2017.

mas também por grandes juristas, partidos políticos e representante de variados setores da sociedade.

Ressalta-se não só a partir de retrocessos que a Lei Florestal foi construída, ainda que estes se sobressaíam às suas benesses. Um avanço se deu com a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)⁵¹, uma espécie de registro eletrônico que passa a ser obrigatório para todos os imóveis rurais e permite o mapeamento dos limites das propriedades e áreas de vegetação nativa, com um propósito que vai além do planejamento econômico e ambiental das propriedades, e através de seus diagnósticos ambientais possibilita o monitoramento e o combate ao desmatamento das florestas e ecossistemas brasileiros, ao menos na teoria.

O CAR, contudo, acaba revelando inconsistências na titularidade e registro de terras no território brasileiro. Um expressivo número de registros no cadastro aponta para imóveis rurais sobrepostos com outros imóveis, além de sobreposições que incidem em terras de populações tradicionais, indígenas, quilombolas, e áreas de conservação⁵².

A discussão sobre o CAR e seus elementos, embora pertinente e atual, é grande e exigiria por si só um trabalho dedicado apenas à sua análise mais aprofundada.

O fato é que apesar de todas as vicissitudes da Lei Florestal de 2012, importa frisar no presente trabalho, que a propriedade privada e a exploração da terra não são adversárias daquele meio ambiente ecologicamente equilibrado que a Constituição Federal de 1988 traz como um direito fundamental e como um princípio da Ordem Econômica. O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito e mantê-lo é um dever de toda a coletividade, e quando a carta constitucional diz coletividade, por óbvio, não se excluem os grandes proprietários de terras.

O texto constitucional, em conjunto com toda a legislação infraconstitucional que regula os institutos proprietários e do meio ambiente indica, ainda que não de forma ideal, os caminhos para a compatibilização fundamental entre a propriedade e o meio ambiente.

⁵¹ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/cadastro-ambiental-rural>. Acesso em: 16/10/2017

⁵² BARROS, Ciro; BARCELOS, Iuri; GALLO, João Otávio. **As falhas e inconsistências do Cadastro Ambiental Rural**. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/as-falhas-e-inconsistencias-do-cadastro-ambiental-rural/>. Acesso em: 16/10/2017.

Lamentavelmente, falta ainda a conscientização necessária àqueles que detêm os meios de produção, pois, até este presente momento, mesmo com todo o processo de modernização ocorrido na agricultura, na mentalidade de muitos latifundiários, a preservação ambiental ainda é inimiga da lucratividade.

Imprime-se à propriedade uma lógica apenas econômico-produtiva, típica do modelo do agronegócio, desconsiderando aspectos como os recursos naturais existentes, ou até mesmo a terra como espaço de vida e de preservação da identidade dos que ali vivem (relação de pertencimento).⁵³

“(...) apesar dos importantes avanços tanto no âmbito teórico quanto em sua implementação prática, o desenvolvimento sustentável continua basicamente atrelado a um desempenho técnico, dentro das regras do sistema de mercado capitalista, que geram pobreza, diferenciação social e injustiça.”⁵⁴

Segundo relatório “O Estado das Florestas do Mundo 2016 (SOFO)” organizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), o agronegócio foi o responsável por cerca de 70% do desmatamento da América Latina entre 2000 e 2010. O principal motivo para o desmatamento foi considerado a expansão das pastagens agrícolas. Apesar destes resultados, o relatório aponta que o desmatamento das florestas não é necessário para uma maior produção de alimentos “De acordo com o SOFO, desde 1990 mais de 20 países em âmbito global melhoraram a segurança alimentar e mantiveram ou aumentaram a cobertura florestal, demonstrando que não é necessário desmatar as florestas para produzir mais alimentos”⁵⁵.

Embora uma articulação entre agricultura e floresta encontre-se ainda mais debilitada pela nova legislação florestal brasileira, a discussão de um modelo de agricultura pensada nos moldes da preservação e manutenção dos recursos naturais é necessária para atingir os fins constitucionais do meio ambiente

⁵³ “O avanço das pesquisas científicas no campo caminhou a partir da consagração da ruralidade como espaço de vida e de produção para a busca da definição de espaços territoriais. A concepção de território que se utiliza nos estudos científicos vai além do sentido geral de uma localização geográfica. Seu uso requer que se compreenda a terra enquanto lugar de pertencimento de um povo, local onde os sujeitos travam suas relações pessoais e familiares.” ISAGUIRRE-TORRES; FRIGO, op. cit., p. 10.

⁵⁴ FOLADORI, op. cit., p.112.

⁵⁵ **FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura.** FAO: Agronegócio foi responsável por quase 70% do desmatamento na América Latina. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/425810/>>. Acesso em: 16/10/2017.

ecologicamente equilibrado e função socioambiental da propriedade rural, ainda mais considerando que “o modelo do agronegócio apresenta sinais de esgotamento qualitativo e quantitativo e não reflete a diversidade das agriculturas do país.”⁵⁶

“A integração e interação dos componentes pecuário, agrícola e florestal é de vital importância para o desenvolvimento sustentável. Todos de maneira a contemplar as questões pertinentes à mitigação de seus impactos no meio ambiente e permitindo a máxima biodiversidade possível, o uso conservacionista do solo, a produção e conservação da água. Assim, a introdução do componente florestal nos sistemas de produção deve se dar num enfoque que não admita mais a separação entre agricultura, pecuária e floresta, mas sim o “casamento” desses componentes no meio rural, em prol da qualidade de vida, da sustentabilidade e da estabilidade da produção. A compreensão da forma como o componente florestal contribui ou poderia contribuir nos sistemas de produção existentes permite o desenvolvimento de trabalhos técnicos para a introdução e/ou melhoramento de práticas florestais e/ou agroflorestais nas propriedades rurais.”⁵⁷

O problema do agronegócio e sua insustentabilidade do ponto de vista do meio ambiente natural podem ser superados com a adoção de práticas silvipastoris⁵⁸, unindo agricultura e floresta, realizadas em respeito à ordem ambiental, com a recuperação das pastagens degradadas, em um resgate da agrobiodiversidade brasileira para a promoção da segurança alimentar.

⁵⁶ ISAGUIRRE-TORRES; FRIGO, op. cit., p. 9.

⁵⁷ EMBRAPA. **Sistemas Silvipastoris**. Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/safs/>>. Acesso em: 17/10/2017

⁵⁸ “Sistema Silvipastoril (SSP) é a combinação intencional de árvores, pastagem e gado numa mesma área ao mesmo tempo e manejados de forma integrada, com o objetivo de incrementar a produtividade por unidade de área. Nesses sistemas, ocorrem interações em todos os sentidos e em diferentes magnitudes.” EMBRAPA. **Sistemas Silvipastoris**. Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/safs/>>. Acesso em: 17/10/2017.

2 A DESAPROPRIAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL

Entre as diversas acepções construídas acerca do que seria uma propriedade rural, o artigo 4º, inciso I, da Lei 8.629/93 enuncia imóvel rural como “o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;”⁵⁹.

Como pode se extrair da leitura deste dispositivo, a definição leva em conta a destinação econômica do imóvel, independente de onde ele esteja localizado. Em contrapartida, alguns autores, como Roxana Brasileiro Cardoso Borges, adotam o critério geográfico na definição de propriedade rural ao invés de sua vocação econômica⁶⁰.

O que segue indiscutível, qualquer que seja o critério de definição de imóvel rural adotado, é que toda a propriedade deve atender a uma função social que se traduz no fato de que “o proprietário, além de um poder sobre a Propriedade, tem um dever correspondente para com toda a Sociedade de usar esta Propriedade de forma a lhe dar a melhor destinação sob o ponto de vista dos interesses sociais”⁶¹.

“Pela função social da propriedade, o proprietário torna-se um colaborador da administração ambiental e os seus bens passam à condição de patrimônio obrigado. Rompe-se, desta forma, a clássica dicotomia entre dever estatal e individual, por força o princípio da solidariedade social.”⁶²

Observa-se que o instituto da função social da propriedade urbana e rural não é recente no ordenamento jurídico brasileiro. No ano de 1964 com a promulgação do Estatuto da Terra⁶³ “pela primeira vez uma lei brasileira adotava a função social como paradigma para a qualificação da propriedade”⁶⁴. Entretanto, foi

⁵⁹ BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993, art. 3º, inciso IV.

⁶⁰ BORGES, op. cit., p. 62-63.

⁶¹ CAVEDON, op. cit., 83

⁶² FIGUEIREDO, op. cit., 138

⁶³ BRASIL. **Lei nº 4.504** de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra.

⁶⁴ MARÉS, Carlos Frederico. **Função Social da Propriedade**. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_3_1_CARLOS_MARES.pdf. Acesso em: 15/10/2017. p. 191

em 1967 que a “função social da propriedade” foi cunhada na ordem constitucional e se tornou princípio da ordem econômica e social⁶⁵.

Ainda assim, a função social da propriedade nas últimas décadas adquiriu um novo nível de importância na realidade do país, sobretudo, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 que, apesar de não promover grandes transformações no regramento do instituto comparado ao que dizia o Estatuto da Terra de 1964⁶⁶, elevou a função social a princípio de toda ordem constitucional⁶⁷.

No âmbito constitucional, a propriedade privada é trabalhada como direito fundamental, bem como princípio da ordem econômica⁶⁸. Da mesma forma, o atendimento da função social da propriedade além de ser mantido como princípio da ordem econômica, também é colocado no rol de direitos e garantias fundamentais, um dever de exigibilidade imediata⁶⁹ emanado do direito garantido à propriedade, que não é mais visto de forma predominantemente individualista, adquirindo reflexos em toda a sociedade.

“[...] funcionalizar a propriedade ao atendimento de interesses sociais não significa, de modo algum, propor o aniquilamento dos direitos individuais ou pregar a negação da propriedade privada. Muito pelo contrário. A função social. Impondo ao proprietário a observância de determinados valores sociais, legitima a propriedade capitalista e a compatibiliza com a democracia social que caracteriza os sistemas políticos. O proprietário permanece como beneficiário imediato, e quase sempre predominante, do

⁶⁵ GONÇALVES, op. cit., p. 99

⁶⁶ Assim é a redação no Estatuto da Terra: “Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.”

⁶⁷ “Na qualidade de princípio, a função social se espalha por todo o ordenamento jurídico, moldando as relações patrimoniais, de forma a submetê-las ao atendimento dos valores existenciais.” SCHREIBER, Anderson. **Função Social da Propriedade na Prática Jurisprudencial Brasileira**. Disponível em: xa.yimg.com/kq/groups/24009970/.../Schreiber%2520-%2520Propriedade.pdf. Acesso em: 15/07/2017. p. 16.

⁶⁸ “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; II - função social da propriedade;”

⁶⁹ “(...) quando a Constituição reconhece que a normas definidoras de direitos fundamentais têm aplicabilidade imediata, ela está implicitamente reconhecendo a situação inversa; vale dizer, a exigibilidade dos deveres fundamentais é também imediata, dispensando a intervenção legislativa.” COMPARATO, Fábio Konder. **Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/comparato/comparato_direitos_deveres_fundamentais_mat_eria_propriedade. Acesso em: 10/08/2017. p. 6.

domínio apenas se impõe a ele que exerça o seu direito atendendo também aos interesses sociais.”⁷⁰

Nesse sentido, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, traça relevantes considerações acerca dos novos moldes da função social:

(...) no Brasil pós 1988 a propriedade que não cumpre sua função social não esta protegida, ou, simplesmente, propriedade não é. Na realidade quem cumpre a função social não é a propriedade, que é um conceito, uma abstração, mas a terra, mesmo quando não alterada antropicamente, e a ação humana ao intervir na terra independentemente do título de propriedade que o Direito ou o Estado lhe outorgue. Por isso a função social é relativa ao bem e ao seu uso, e não ao direito. A disfunção ou violação se dá quando há um uso humano, seja pelo proprietário legitimado pelo sistema, seja por ocupante não legitimado.⁷¹

O instituto aqui estudado, entretanto, não se confunde com restrições ao uso de bens próprios, ou ainda, com direito de vizinhança ou limitações administrativas⁷². Ainda que alicerçadas no princípio da função social⁷³, limitações impostas à propriedade pelo direito civil se referem ao exercício do direito proprietário e são externos ao conceito de propriedade, já a função social, está na própria estrutura do direito de propriedade⁷⁴.

Ao atingir a estrutura e conceito de propriedade, a função social da propriedade deve ser reconhecida como uma norma de aplicabilidade imediata que direciona e diz como vai se concretizar juridicamente “todo e qualquer princípio e regra jurídica, constitucional ou infraconstitucional, relacionada à instituição jurídica da propriedade”.⁷⁵

Não obstante, é consabido que, na realidade brasileira, essa função social da propriedade “sofre histórica resistência oriunda da força cultural do individualismo

⁷⁰ SCHREIBER, op. cit., p. 6.

⁷¹ MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: O Editor, 2003. p. 116.

⁷² DIDIER JUNIOR, Fredie. **A função social da propriedade e a tutela processual da posse**. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/3diderjrfuncaosocial.pdf. Acesso em: 10/07/2017. p. 8.

⁷³ “(...) podemos afirmar que as restrições ao uso e gozo dos bens ou limitações administrativas ao direito de propriedade alicerçam-se no princípio da função social da propriedade, mas com ele não se confundem. Uma limitação administrativa ao direito de propriedade deve necessariamente conformar-se ao princípio da função social da propriedade, não podendo contrariá-lo, pena de inconstitucionalidade.” FIGUEIREDO, op. cit., p. 93.

⁷⁴ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 6. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, p. 247 e 249.

⁷⁵ FRANÇA, Vladimir da Rocha. **Perfil Constitucional da função social da propriedade**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/446/r141-02.pdf?sequence=4>. Acesso em: 15/07/2017. p. 15 e 16

proprietário”⁷⁶, e é muitas vezes negligenciada, principalmente, por motivos de ordem econômica.

A sociedade moderna visa o lucro como fator mais importante do processo de produção, e fruto desse capitalismo selvagem, os grandes proprietários de terras são levados a produzir cada vez mais para atender a uma demanda que também não para de crescer. A terra acaba tendo um escopo meramente produtivo e não se dá a atenção devida e necessária aos outros aspectos que permeiam o ambiente rural.

Corroborando essa ideia, para José Isaac Pilati, a função social da propriedade “representa um avanço inegável do constitucionalismo moderno; mas o problema é a sua ineficácia, ou pelo menos, a falta de impacto desse discurso de função social nas práticas econômicas e jurídicas.”⁷⁷. Segundo o referido autor, a solução seria um resgate da dimensão coletiva, participativa e democrática do texto constitucional:

A função social somente será efetiva com o resgate institucional da dimensão participativa da CRFB/88, pois é ela que corresponde à dimensão coletiva. A função social não tem natureza público-estatal: ela é antes de tudo espaço coletivo; carece de estrutura participativa e democrática.⁷⁸

Esse modelo pretensamente ideal encontra obstáculos na prática ao ir de encontro com uma estrutura, em tese democrática, contudo, onde grande parte da população não tem voz necessária para pleitear seus direitos, quanto mais se aprofundar em questões dominadas por pensamentos conservadores.

Enquanto isso, os Tribunais brasileiros continuamente falham em garantir o devido cumprimento das disposições constitucionais relativas ao instituto da função social, promovendo, de certa forma, uma dissolução do princípio.

Ao colocar a ideia de função social ligada ao conceito de direito, Marés alerta que no momento em que sua introdução no sistema jurídico não é capaz de alterar nem restringir o direito de propriedade, sua efetividade é perdida e se torna letra morta.⁷⁹ É esse cuidado que o judiciário deve ter, de modo a evitar uma banalização do instituto, esvaziando a sua importância.

⁷⁶ SCHREIBER, op. cit., p. 18.

⁷⁷ PILATI, José Isaac. **Propriedade e função social na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 68

⁷⁸ Ibidem, p. 74

⁷⁹ MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: O Editor, 2003. p. 91

2.1 Requisitos constitucionais para o cumprimento da função socioambiental do imóvel rural

A Constituição Federal de 1988 garante em seu artigo 5º, inciso XXII, o direito à propriedade, e logo na sequência, no inciso XXIII, explicita que a propriedade deverá então atender a sua função social⁸⁰.

O imóvel rural, foco do presente trabalho, poderá ser desapropriado para fins de reforma agrária, mediante indenização, se não cumprir essa função social, conforme disposto no artigo 184 do texto constitucional, a ser posteriormente analisado.

Importante ressaltar que “a exigência do cumprimento da função social estabelece limites, mas não questiona a propriedade”⁸¹.

Desse modo, o artigo 186 vai traçar os requisitos a serem atendidos de forma simultânea para o cumprimento da função social da propriedade rural:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.⁸²

O referido artigo é frequentemente deturpado com base numa leitura de todo equivocada de outra disposição da Constituição Federal, o artigo 185⁸³, que em seu inciso II, estabelece que a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.

⁸⁰ “Art. 5º (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;
XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;”

⁸¹ SAUER; FRANÇA, op. cit., p. 295.

⁸² BRASIL. **Constituição** (1988).

⁸³ “Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: (...)

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.”

Foi então editada a Lei Federal 8.629/93 com o objetivo de regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, dispondo ainda sobre conceitos e indicadores matemáticos que buscam definir o nível de produtividade dos imóveis rurais⁸⁴. No entanto, a Lei 8.629/93 não dissocia a definição de propriedade produtiva dos demais requisitos para o atendimento da função social ao repetir os requisitos constitucionais em seu artigo 9º⁸⁵, e definir os contornos de cada um deles em seus parágrafos.

O aproveitamento racional e adequado é descrito como aquele aproveitamento capaz de atingir os índices matemáticos de utilização e eficiência na exploração da terra definidos nesta própria Lei.

Entretanto, a discussão em torno dos níveis de produtividade então estabelecidos é grande, pois, apesar de terem sua atualização periódica exigida⁸⁶, encontram-se completamente defasados considerando que “foram fixados pelo INCRA, em 1980, tendo por referência os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 75”⁸⁷ e, desde então, não foram atualizados.

Não é a toa que em razão de toda a tecnologia empregada no campo nos dias atuais, as grandes propriedades não tenham maiores problemas em alcançar os ultrapassados coeficientes de produtividade definidos pela Lei:

“O proprietário contemporâneo, com todos os avanços tecnológicos já previstos pelo legislador, não enfrenta qualquer dificuldade para ter seu imóvel considerado produtivo, uma vez que os índices remontam à década de 70. Portanto, se já havia um sólido questionamento sobre a função social da propriedade ser determinada somente pelo elemento da exploração racional (por conta da necessidade de avaliação simultânea dos requisitos com uma leitura sistemática da Constituição), a desatualização alarmante dos índices de produtividade se coloca como mais um obstáculo que

⁸⁴ “ Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente. [...]”

⁸⁵ “Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (...)”

⁸⁶ “Art. 11. Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola”

⁸⁷ BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação Civil Pública**. Disponível em: <http://terradireitos.org.br/wp-content/uploads/2010/06/acp-indices-produtividade.pdf>. Acesso em: 16/10/2016.

enfraquece esse requisito como único a ser observado para desapropriação para fins de reforma agrária.”⁸⁸

O segundo requisito da função social, que engloba a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis na propriedade a coloca como essencial para que o potencial produtivo da terra seja mantido, a partir de uma exploração que respeite a vocação natural da terra.

Neste sentido, a preservação do meio ambiente abrange a manutenção características da natureza local e da qualidade dos recursos ambientais, a fim de mais que manter o equilíbrio ecológico do imóvel, de forma a cuidar ainda da saúde e a qualidade de vida das comunidades vizinhas. Aqui se nota bem como é, em tese, superada a lógica eminentemente individualista do direito proprietário, com o dever de preservação ambiental que o dono do imóvel tem frente à sociedade:

“Assim é que a propriedade, de cunho eminentemente individualista, no Direito Contemporâneo, adquire uma Função Social e Ambiental, atribuindo-se ao proprietário o poder-dever de exercer seu direito em consonância com os interesses maiores da Sociedade e com os princípios do Meio Ambiente”.⁸⁹

Já o terceiro requisito da função social, a observância da legislação trabalhista no âmbito da propriedade corresponde não apenas ao respeito às leis trabalhistas e contratos coletivos de trabalho, como também deve se ater às disposições que tratam dos contratos de arrendamentos e parcerias rurais.

Por fim, mas não menos importante, está a exploração da propriedade de modo que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores com o atendimento de suas necessidades básicas, a observância das normas de segurança do trabalho, e de forma que não provoque conflito ou tensões sociais. Esta é outra faceta importante da função social, visto que, no Brasil, a quantidade de casos envolvendo trabalhadores que se encontram em condições análogas à escravidão é expressiva e merece a devida atenção por parte dos órgãos de fiscalização.

⁸⁸ TANCREDO, Maria Isabel. Desapropriação para Fins de Reforma Agrária nos Casos de Descumprimento das Funções Social, Ambiental e Trabalhista. **Revista Insurgência**. Brasília, ano 1, v.1, n.2, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/viewFile/20048/14238>. Acesso em: 15/10/2017. p. 188

⁸⁹ CAVEDON, op. cit., p. 1

Uma vez definido o conteúdo dos requisitos da função social da propriedade, quando a Constituição Federal de 1988 coloca o imóvel produtivo como insuscetível de desapropriação (artigo 185, inciso II) acaba criando uma antinomia jurídica que enseja muita discussão e pode ser considerado o grande óbice da efetiva aplicação da função social da propriedade rural.

Nessa linha, Roxana Cardoso Brasileiro Borges:

Ocorre que, a despeito de todas essas disposições, o confronto entre a norma do art. 184, a previsão do art. 185, II, e a que estabelece os requisitos para o cumprimento da função social da propriedade rural, no art. 186 e seus quatro incisos, sugere uma antinomia real, que não pode ser solucionada através dos critérios de hierarquia, cronologia e especificidade, usualmente utilizados para resolver antinomias aparentes.⁹⁰

A interpretação que frequentemente se defende, especialmente pelos grandes produtores de terras, e que é acolhida de forma reiterada pelos Tribunais, se dá no sentido de que apenas o cumprimento da função de produzir frutos alcançando os níveis de produtividade exigidos, já resultaria em óbice para a desapropriação da propriedade rural, gerando apenas uma possível sanção, para que a propriedade busque cumprir os demais requisitos da sua função social. Tal perspectiva se coloca completamente equivocada e evidencia a ideologia capitalista que sempre permeou as relações proprietárias no campo.

Roxana Cardoso⁹¹ acentua que, de acordo com os critérios e solução de antinomias reais de Norberto Bobbio, se for escolhida a prevalência do art. 185, inciso II, sobre os demais, anula-se todo o art. 186, *caput* do art. 184, além do inciso XXIII do art. 5^a da Constituição Federal brasileira.

Dessa forma, o melhor caminho se dá a partir de uma interpretação sistemática, considerando os dispositivos constitucionais como um todo e, assim, sendo possível chegar à conclusão de que para ser considerada produtiva, nos termos do artigo 185, a propriedade deve cumprir todas as condições estabelecidas no artigo seguinte.

Os requisitos do artigo 186 estão em perfeita harmonia e formam um conjunto de observação necessária para que a propriedade rural seja vista como produtiva.

⁹⁰ BORGES, op. cit. p. 193

⁹¹ Ibidem, p. 195

A questão de como esses dispositivos podem e devem se compatibilizar será melhor abordada, com um enfoque na esfera ambiental, invocando-se a função socioambiental da propriedade rural.

2.2 Preservação ambiental como requisito para o cumprimento função social: a função socioambiental da propriedade rural

A Constituição Federal de 1988, como já delineado anteriormente neste trabalho, deu contornos principiológicos à função social da propriedade e, com isso, firmou também a função socioambiental da propriedade rural no texto constitucional, ou seja, a preservação ambiental encontra-se intrínseca à função social⁹², sendo um de seus requisitos e, talvez, o mais descumprido pelas grandes propriedades que giram em torno do agronegócio no Brasil.

O termo socioambiental, impreterivelmente, abarca essas duas facetas, ambiental e social, visto que estão totalmente interligadas, dessa forma, a expressão será deveras utilizada ao longo do presente trabalho.

A preservação ambiental como condição para o cumprimento da função social da propriedade permite uma clara visão de que o social não pode ser dissociado do ambiental, conforme determina do texto constitucional, que é soberano.⁹³

Em seu artigo 186⁹⁴, a carta constitucional estabelece os requisitos que a propriedade rural deve atender de forma **simultânea** para a efetivação do princípio da função social da propriedade.

⁹² “A partir do momento em que o Direito de Propriedade passa a ser objeto de limitações derivadas da proteção legal do Meio Ambiente, a Propriedade adquire uma nova Função, de caráter ambiental, pela qual o seu uso, gozo e fruição deverá garantir a integridade do patrimônio ambiental nela existente.” CAVEDON, op. cit., p. 123.

⁹³ Nesse sentido, de suma importância é considerar a “existência tanto de uma dimensão social quanto de uma dimensão ecológica da dignidade (da pessoa) humana, sendo que somente um projeto que contemple ambas as dimensões revela como constitucionalmente adequado.” FENSTERSEIFER; SARLET, op. cit., p. 24

⁹⁴ “Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

O destaque desta pesquisa será com relação ao inciso II do mencionado artigo, que coloca a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação ambiental dentro da propriedade rural como condição básica de sua função social.

É nesse momento que se observa uma função ambiental, ou mais, uma função socioambiental da propriedade rural, ainda que estes termos não estejam expressos no texto constitucional. Edson Luiz Peters, inteligentemente ainda ressalta que:

Com exceção do inc. III, do art. 186, da Constituição de 1988, todos os demais têm relação direta com a questão ambiental, com respeito ao meio ambiente equilibrado e íntegro. Ao se falar de aproveitamento racional e adequado, de utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, de preservação do meio ambiente, e de exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, está a norma constitucional insistindo persistentemente numa função ambiental, muito embora use a expressão mais abrangente função social.⁹⁵

O autor, assim como o presente trabalho, busca incessantemente uma conscientização geral de que um meio ambiente equilibrado permeia toda a estrutura do direito de propriedade e não pode ser negligenciado quando do cumprimento de um ou outro requisito de sua função social.

A função socioambiental possui o condão de reger as ações dos proprietários rurais, ao menos teoricamente, devido a sua observância obrigatória. Como consequência, há uma grande seara de discussão deste tema na doutrina e jurisprudência, além de debates calorosos observados entre bancada ruralista e ambientalista.

O conteúdo da função ambiental da propriedade se realiza num conjunto de deveres que não são dirigidos à coisa (propriedade), mas sim, ao sujeito (proprietário), é o proprietário que tem o dever de cumprir com a função ambiental da propriedade, pois direitos e deveres só podem ser atribuídos a pessoas, e não às coisas.⁹⁶

Já os deveres provenientes da função ambiental, variam conforme os bens ambientais que cada propriedade possui. Por esta razão, não existe apenas uma

⁹⁵ PETERS, Edson Luiz. **Meio Ambiente e Propriedade Rural**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2006, p. 131.

⁹⁶ BORGES, op. cit., p. 109

função ambiental, mas várias funções ambientais a depender das características da propriedade rural⁹⁷.

Todavia, esse mesmo direito de propriedade que deveria ter em sua estrutura a promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, é, grande parte das vezes, o maior obstáculo tanto jurídico, quanto social, para a implementação da legislação de proteção ao meio ambiente. O direito de propriedade ainda é considerado um direito individual de cunho econômico, mesmo com toda a construção da função social em torno deste direito.

“Quando a proteção do meio ambiente atinge direitos individuais de cunho econômico, como o direito de propriedade, a implementação da normativa ambiental é bastante dificultada, as normas não são respeitadas, a crise ecológica é desprezada e o Estado não tem condição – nem é papel exclusivo seu – de arcar, sozinho, com a tarefa de implementar o Direito Ambiental.”⁹⁸

É certo que, no imóvel rural, conforme já exposto no subcapítulo anterior, existem espaços ambientais protegidos e definidos pela lei⁹⁹, que delimita um pedaço de terra que deve permanecer intocável, sem qualquer uso, ou então, com uso adequado para a conservação da biodiversidade, “estes espaços, mesmo privados, tem uso restrito”¹⁰⁰.

Para além dos espaços territoriais especialmente protegidos tratados pela Lei Florestal de 2012 (áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente), o produtor rural deve ter a consciência de que o uso e manejo do solo, bem como de todos os recursos naturais que permeiam o imóvel rural deve ser realizado de forma adequada, respeitando o meio ambiente ali inserido.¹⁰¹

O maior impasse observado quando se trata da efetivação de uma função social e ambiental é, especialmente, a perspectiva da economicidade atribuída às

⁹⁷ Ibidem, p. 110

⁹⁸ Ibidem, p. 50

⁹⁹ “O conteúdo específico da função ambiental da propriedade será dado pela legislação ambiental infraconstitucional, de acordo com os bens ambientais protegidos legalmente que cada propriedade abriga, estabelecendo ao proprietário deveres mais específicos que os constantes daquele dispositivo constitucional.”. Ibidem, p. 111

¹⁰⁰ MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: O Editor, 2003. p. 125

¹⁰¹ “A exigência de estudo de impacto ambiental, o controle da produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportam risco para o meio ambiente (como é o caso dos agrotóxicos) e a exigência de recuperação de ambiente degradado pela exploração minerária são exigências constitucionais diretamente relacionadas ao tema em foco e, evidentemente, merecem ser contempladas enquanto hipóteses de aplicação do princípio da função social da propriedade.”. FIGUEIREDO, op. cit., p. 194.

terras cultiváveis. A mentalidade é, como já ressaltado, de que a proteção ambiental é uma espécie de barreira que impediria o crescimento da produção e lucratividade da terra, como se os recursos naturais de uma propriedade fossem capazes de incessantemente se recuperarem dos abusos sofridos ao longo dos anos, sem qualquer alteração do ecossistema em que se encontram.

Invoca-se, nessas situações, o artigo 185, inciso II, do texto constitucional que coloca as propriedades produtivas como insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária¹⁰².

O dispositivo acaba sendo interpretado em favor dos grandes produtores rurais, que ostentam a ideia de que essa produtividade ali disposta significa uma apropriação total do solo e demais recursos naturais disponíveis, e que, mantendo a terra produzindo poderá sair ileso do descumprimento dos demais requisitos da função social da propriedade, em especial, do problema ambiental.

No entanto, não é assim que a questão do artigo 185 da Constituição Federal deve ser tratada. O argumento aqui trazido é muito lógico e parece óbvio: o total descaso com o uso do solo, ou ainda, o esgotamento dos recursos naturais de uma propriedade, influencia diretamente na produtividade da terra, e não de forma positiva. É praticamente inconcebível pensar que, a longo prazo, um imóvel que promova ininterruptamente o esgotamento de seu ecossistema sobreviva e se mantenha com os mesmos níveis de produtividade de outrora.

Em sua obra, Carlos Frederico Marés afirma de maneira categórica que é uma questão de egoísmo imaginar que o conceito que a Constituição constrói a respeito da produtividade signifique tão somente lucro individual e imediato. Continua o autor, que uma terra produtiva é aquela que tem “capacidade de produção reiterada, o que significa, pelo menos, a conservação do solo e a proteção da natureza, isto é, o respeito ao que a Constituição chamou de meio ambiente ecologicamente equilibrado (...)”¹⁰³.

Isso quer dizer que a terra deve ser sim utilizada, mas de forma condicionada à manutenção da biodiversidade no interior e arredores da propriedade, tendo em vista que esse uso não pode transformá-la a ponto de deixá-la estéril e acabar com a sua capacidade de renovar a vida¹⁰⁴.

¹⁰² BRASIL. **Constituição** (1988). Art 185, inciso II.

¹⁰³ MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: O Editor, 2003, p. 121

¹⁰⁴ Ibidem, p. 125

Ainda, há quem diga que o aproveitamento racional e adequado da terra (inciso I), também condição para o cumprimento da função social do artigo 186 da Carta Magna e interpretado de forma equivocada como uso produtivo da terra, estaria em descompasso com o inciso seguinte, que traz da utilização adequada e preservação do meio ambiente rural.

A questão, contudo, é praticamente idêntica à tratada logo acima, considerando que não há qualquer contradição entre os incisos, inclusive, eles estão em perfeito equilíbrio. É pouco provável, por exemplo, o aproveitamento racional e adequado do solo e, conseqüentemente, seu uso de forma produtiva, sem a presença de elementos naturais que garantem a fertilidade da terra, ou seja, “com a estreita colaboração do ciclo biológico”¹⁰⁵.

Não obstante, as convicções que colocam a produtividade à frente da proteção ambiental da terra, ganham mais força em face dos parâmetros de natureza quantitativa previstos no artigo 6º da Lei Federal 8.629/93, estabelecidos para determinar o grau de utilização da terra e de eficiência na exploração que uma propriedade precisa ter para ser considerada produtiva¹⁰⁶, ainda que estes indicadores se encontrem completamente desatualizados há anos.

A previsão de parâmetros de natureza quantitativa com vistas à aferição da produtividade do imóvel, combinada com uma mentalidade que prioriza os aspectos econômicos em detrimento da dimensão ambiental, contribuiu, entretanto, para a disseminação de uma ideia errônea no sentido da primazia do requisito contido no art. 186, inciso I, da CF/88, sobre aqueles previstos nos demais incisos desse dispositivo, no que tange ao cumprimento da função social da propriedade rural.¹⁰⁷

Esse tipo de mentalidade que concede mais valor aos aspectos econômicos do imóvel se esquece justamente que a função social e a defesa do meio ambiente também são consagradas na CF/88 (art.170) como princípios gerais da ordem econômica brasileira e, portanto, devem ser atendidos por toda e qualquer atividade de cunho econômico que se dê em território nacional.¹⁰⁸

Aqui se está tratando de princípios a nível constitucional que não podem ser dissociados e adquirem tamanha importância que dão contorno e regem as atividades econômicas desenvolvidas no país. A interferência da Ordem Econômica

¹⁰⁵ PETERS, op. cit., p. 135

¹⁰⁶ BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993.

¹⁰⁷ GONÇALVES, op. cit., p. 110

¹⁰⁸ PETERS, op. cit. 135

é necessária para a proteção legal do meio ambiente dado que os recursos naturais também são bens econômicos¹⁰⁹. Sobre o artigo 170, incisos II, III e VI da CF, Fernanda de Salles Cavedon é categórica:

“(...) livre iniciativa, Propriedade Privada, dotada de Função Social, e Meio Ambiente foram consagrados como Princípios Jurídico Constitucionais, hierarquicamente iguais, ou seja, as necessidades do mercado, o desenvolvimento econômico, a apropriação privada de bens, não podem se sobrepor à defesa do Meio Ambiente. Devem, sim, ser compatibilizados através da construção de um novo modelo de desenvolvimento ecológico-econômico-social (...) Portanto, a realização de um dos princípios da Ordem Econômica não pode, sob pena de inconstitucionalidade, impedir ou prejudicar a realização dos demais.”¹¹⁰

É preciso que o pensamento dos produtores rurais evolua, não tirando o crédito daqueles que já se propuseram a agir de acordo com os ditames ambientais. Aqueles que ainda encontram-se agarrados a um raciocínio economicista devem se adequar às normativas ambientais da sociedade contemporânea, que ao contrário de ter como objetivo a estagnação do desenvolvimento econômico e científico, buscam a correção de vícios culturais referentes ao desperdício dos recursos naturais que estão, de uma maneira ou outra, arraigados na mentalidade agentes do campo, e, assim, potencializar a capacidade que a terra tem de produzir, tudo isso em benefício da saúde humana e da biodiversidade.¹¹¹

Uma noção valorosa é a de dupla proteção promovida pela função ambiental da propriedade, colocada de forma didática por Roxana Borges:

“Há uma dupla proteção na ideia de função ambiental da propriedade: a proteção do meio ambiente e a proteção da própria propriedade. Assim como há a proteção do interesse difuso, há também a proteção do interesse individual do proprietário, na medida em que, enquanto se protege o interesse da sociedade, também o proprietário e titular da função, é protegido.

A função ambiental da propriedade, na medida em que visa à utilização adequada dos recursos naturais do meio ambiente, protege, sobretudo, a propriedade em si contra a perda de seu potencial produtivo devido a danos

¹⁰⁹ CAVEDON, op. cit., p. 97

¹¹⁰ Ibidem, op. cit., p. 98.

¹¹¹ FIGUEIREDO, op. cit., p. 133. A perspectiva da saúde humana colocada por Figueiredo é interessante, pois correntemente se menospreza o fato de que os seres humanos também são parte integrante do ecossistema em que vivem. Ou seja, o esgotamento ou mau uso dos recursos naturais de um imóvel não tem consequência somente nos níveis de produtividade e exploração da terra, fauna e flora local, mas também, chega aos seres humanos que ali estão. Com os avanços científicos das últimas décadas, fica cada vez mais evidenciada a importância do uso adequado do meio ambiente, à exemplo do risco do uso de agrotóxicos e suas consequências na saúde humana.

ambientais irreversíveis, como, por exemplo, perda da qualidade do solo e até perda do próprio solo, através da erosão.”¹¹²

Logo, essa dupla proteção faz com que se compreenda que a proteção dos interesses difusos de defesa meio ambiente não é o único objetivo da função ambiental da propriedade, ela também protege o particular, neste caso, o proprietário rural, contra seus próprios abusos¹¹³.

A intenção é conciliatória, e busca a harmonia entre o direito de propriedade que o proprietário exerce sobre o seu bem e o direito de toda a coletividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, na busca de se “compatibilizar estas duas esferas, direito individual e direito difuso, sem que haja anulação de qualquer delas.”¹¹⁴.

Do ponto de vista da legislação ambiental, a dupla proteção da função ambiental pode ser encontrada no art. 9, §§2º e 3º da já citada Lei 8692/93, que regula os dispositivos constitucionais da reforma agrária, abarcando, por conseguinte, a função socioambiental da propriedade rural:

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos: (...)

§ 2º Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.¹¹⁵

Verifica-se que o próprio dispositivo aduz uma situação de dependência entre meio ambiente e produtividade, ao versar que a utilização adequada dos recursos naturais deve se dar com uma exploração que respeite a vocação natural da terra para que o potencial produtivo do imóvel possa ser mantido.

Todas essas observações aqui colocadas apenas afirmam a relevância de uma função socioambiental da propriedade rural, mesmo que sua total efetivação gire em torno de dificuldades provenientes da interpretação do ordenamento jurídico brasileiro, além de questões sociais e culturais que continuam arraigadas na

¹¹² BORGES, op. cit., p 113

¹¹³ Ibidem, p. 99

¹¹⁴ CAVEDON, op. cit., p. 124

¹¹⁵ BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Art. 9º, §§2º e 3º.

mentalidade daqueles que vivem o mundo do agronegócio, essencialmente capitalista¹¹⁶.

É imperioso ressaltar que se não respeitados dos cuidados necessários com o meio ambiente no imóvel rural “em breve o direito de propriedade transformar-se-á num direito vazio, devido à destruição de seu objeto ou devido à completa perda da utilidade do bem objeto do direito de propriedade.”¹¹⁷.

“(…) da maior pertinência buscar a implementação da Justiça Ambiental, através da aplicação do princípio da função social da propriedade. Em muitas regiões do país persiste o modelo agrário de características feudais, no qual o padrão de medida é o latifúndio, a tradição laboral é o desrespeito às normas trabalhistas (que vai da fraude de documentação trabalhista à escravização de trabalhadores) e a prática agrária é de devastação florestal e queimadas. Trata-se de um modelo que já não conta com a expressão política que gozou por quase cinco séculos mas, ainda assim, se faz presente tanto nos confins dos sertões como nas proximidades dos grandes centros urbanos e industriais.”¹¹⁸

A busca pela efetivação de uma função socioambiental da propriedade rural é importante, ainda que, na prática, os preceitos constitucionais aqui trazidos sejam, muitas vezes, deixados em segundo plano em face da proteção do direito proprietário, ainda visto como absoluto e individualista.

“A proteção de áreas ameaçadas de degradação, finalmente, é uma das mais árduas tarefas da Política Nacional do Meio Ambiente, em razão da violenta pressão de setores da economia visando a flexibilização dos rigores da legislação ambiental. Muitas vezes, infelizmente, a aplicação do princípio da função social da propriedade é relegada a segundo plano diante de quaisquer atos administrativos tendentes a promover a proteção de áreas ameaçadas de degradação – por força, quase sempre, do riquíssimo mercado imobiliário. Quando bem sucedida a aplicação da lei ambiental, costuma-se alegar que o conteúdo do direito de propriedade previsto no art. 5º, inciso XXII, da Constituição de 1988, teria sido esvaziado.”¹¹⁹

Principalmente ao judiciário, como garantidor do cumprimento dos dispositivos da legislação constitucional e infraconstitucional, cabe a tarefa de

¹¹⁶ “(…) apesar dos importantes avanços tanto no âmbito teórico quanto em sua implementação prática, o desenvolvimento sustentável continua basicamente atrelado a um desempenho técnico, dentro das regras do jogo do sistema de mercado capitalista, sem atingir nem questionar as relações de propriedade e apropriação capitalistas, que geram pobreza, diferenciação social e injustiça;” FOLADORI, op. cit. p. 112.

¹¹⁷ BORGES, op. cit., p. 114.

¹¹⁸ FIGUEIREDO, op cit., p. 132-133

¹¹⁹ Ibidem, p. 122

mediar e promover a melhor solução para os conflitos surgidos entre o meio ambiente e fatores econômicos do direito proprietário ligados à exploração da terra, que levam ao descumprimento da função socioambiental da propriedade rural.

2.3 Desapropriação para fins de reforma agrária por descumprimento da função socioambiental da propriedade

Assim é a redação do artigo 184 da Constituição Federal de 1988¹²⁰ que será trabalhado nas próximas linhas e estabelece as diretrizes da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Portanto, cabe ao Poder Público Federal promover uma política de reforma agrária para o cumprimento dos fundamentos da República brasileira, de acordo com o que diz a Constituição, com o objetivo de eliminar as diferenças regionais e sociais, propiciar a defesa do meio ambiente, e das relações de trabalho, desapropriando aqueles imóveis rurais que não cumprem a sua função social.¹²¹

A desapropriação para fins de reforma agrária é considerada o mais intenso resultado do descumprimento da função social da propriedade rural¹²², pois, uma vez

¹²⁰ BRASIL. **Constituição** (1988). Art. 184

¹²¹ MARES, Carlos Frederico. **Função Social da Terra**, p. 124.

¹²² DANTAS, Marcus Eduardo de Carvalho. **Da função social da propriedade à função social da posse exercida pelo proprietário**: uma proposta de releitura do princípio constitucional. Disponível

constatada, conduz o proprietário à perda de seu imóvel, ainda que de forma relativizada pela indenização a ele paga.

Ainda assim, a desapropriação não deve ser vista como uma penalidade, e sim, como uma normalidade do sistema, uma espécie de prêmio autorizado pela Constituição, uma vez que o dono do imóvel que deixa de usar ou não usa de forma adequada a sua propriedade, ao ter a terra desapropriada, recebe pelo seu valor, podendo aplicar a indenização em outro negócio ou em outra propriedade de maior qualidade e mais rentável. Em contrapartida, o não cumprimento da função social tira do proprietário a proteção jurídica ofertada para aqueles que a cumprem¹²³.

Isto posto, observa-se que a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária se distingue das demais trazidas pelo ordenamento jurídico, pois reduz a competência à União e o preço prévio em títulos da dívida agrária, sendo que a indenização só cabe se o Poder Público distribuir a terra para o uso produtivo, uma espécie de ferramenta de ordenamento territorial e instrumento de política pública, se a intenção é a preservação dos seus bens naturais por meio da criação de uma unidade de conservação, por exemplo, não há necessidade de indenização¹²⁴.

O capitalismo vê também a necessidade de reformas na política fundiária e agrária para que a terra cumpra duas funções que, como latifúndio improdutivo, não cumpre: produzir matérias-primas e alimentos para baratear o custo da mão de obra e dos insumos industriais e gerar, com salários e rendas rurais, maior volume de consumo para as mercadorias manufaturadas na indústria urbana.”¹²⁵

O procedimento de desapropriação do imóvel rural para fins de reforma agrária segue um regime de contraditório especial, de rito sumário, e vem regulado na Lei Complementar 76/93¹²⁶. “Ainda que a ação pública seja o mais famoso instrumento de implementação do Direito Ambiental material, é a ação e

em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p23.pdf. Acesso em: 16/07/2017. p. 25.

¹²³ MARES, **Função Social da Terra**, loc. cit.

¹²⁴ MARÉS, Carlos Frederico. Desapropriação Sanção por Descumprimento da Função Social?. **Revista de Direito Agrário** [online]. 2006, ano 19, n.18. Disponível em: <http://www.abda.com.br/revista18/pdf/artigos/Desapropria%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 18/07/2017. p 68 - 76.

¹²⁵ MARÉS, Carlos Frederico. **Função Social da Propriedade**. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_3_1_CARLOS_MARES.pdf. Acesso em: 15/07/2017. p. 189.

¹²⁶ BRASIL. **Lei Complementar nº 76**, de 6 de julho de 1993.

desapropriação a mais utilizada para colocar em prática o princípio da função social da propriedade.”¹²⁷.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal responsável por promover a reforma agrária no nível a União, informa de maneira didática em seu site as fases desse processo de desapropriação¹²⁸.

Primeiramente, o INCRA estabelece áreas prioritárias para serem desapropriadas de acordo com critérios, como maior concentração fundiária, histórico da região, situação do imóvel, ou ainda, as entidades representativas dos movimentos sociais de luta pela terra podem também indicar áreas desapropriáveis¹²⁹.

Uma vez indicada ou detectada a propriedade, o INCRA notifica dono do imóvel e faz um levantamento das características do local, conhecida como a vistoria de fiscalização do cumprimento da função social do imóvel. Esta, no entanto, muitas vezes fica atrelada apenas à avaliação da produtividade da propriedade.

Se o imóvel for considerado improdutivo (o que, segundo o INCRA, não abrange apenas os níveis de produtividade, e passa pelos demais requisitos da função social¹³⁰), a autarquia continua o processo de desapropriação, não sendo necessário para tanto a autorização do proprietário do imóvel. Em decorrência disso, o próximo passo é a publicação de um decreto presidencial declarando o imóvel como sendo de interesse social para fins de reforma agrária – o Decreto de Desapropriação. Essa fase administrativa pode ser questionada pelo proprietário, tanto administrativamente quanto judicialmente.

Com a publicação do Decreto de Desapropriação, o INCRA ajuíza a Ação de Desapropriação e para isso deve depositar em juízo o comprovante de lançamento do valor da indenização da terra nua, bem como comprovar o depósito do valor de pagamento das benfeitorias úteis e necessárias¹³¹, esses valores são aferidos na vistoria de avaliação. Os Títulos da Dívida Agrária (TDA) são títulos do Governo Federal emitidos pelo Tesouro Nacional e são utilizados para o pagamento da

¹²⁷ FIGUEIREDO, op. cit., p. 208

¹²⁸ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Obtenção de Terras**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras. Acesso em: 18/10/2017

¹²⁹ BRASIL. **Decreto 2.250**, de 11 de junho de 1997

¹³⁰ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Imóvel Rural Improdutivo**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/imovel_improdutivo. Acesso em: 18/10/2017.

¹³¹ BRASIL. **Lei Complementar nº 76/93**. Art. 5º, inc. V e VI.

indenização pela terra nua. Já as benfeitorias são pagas em dinheiro, com recursos provenientes do orçamento do INCRA/MDA.

A Justiça Federal, tem 48 horas para imissão do autor da ação, no caso o Incra, na posse do imóvel e, assim, a autarquia pode dar início aos procedimentos de seleção das famílias cadastradas e criação do projeto de assentamentos.

O proprietário do imóvel rural pode, inclusive, firmar acordo sobre o valor indenizado com o Incra, porém quase sempre contesta esses valores e a desapropriação, recorrendo da sentença do juiz ao final.

A Constituição é clara quando estabelece a prévia indenização em títulos da dívida agrária. No entanto, há quem defenda que uma vez que o imóvel não esteja cumprindo sua função social, não faria jus a essa prévia e justa indenização para sua desapropriação.

Eros Roberto Grau apresenta raciocínio nesse sentido ao levantar que se a desapropriação se dá pelo descumprimento da função social da propriedade, a indenização referida no dispositivo caracterizaria pagamento indevido e, portanto, enriquecimento ilícito do proprietário, tendo em vista que, nessa hipótese, o fundamento jurídico de proteção ao direito da propriedade se esvai¹³². O próprio autor deixa claro que não está a propor isso em seu livro, mas apenas seguindo a linha de raciocínio ali esposada.

Fato é que a desapropriação por descumprimento da função social para fins de reforma agrária, e o seu preço prévio em títulos, não configura uma espécie de sanção, e sim, um instrumento de política pública; o que ocorre é uma troca de ativos, “se o ativo de um cidadão está em bens que não estão produzindo ou estão produzindo em desacordo com a lei, a indenização se dará em ativos de igual qualidade”¹³³.

(...) o capital tinha que conciliar uma reforma agrária que melhorasse o consumo e baixasse o preço da mão de obra, com a integridade patrimonial. Por isso as soluções preferidas pelas elites são sempre a reforma agrária com desapropriação, isto é, com o pagamento da recomposição do patrimônio individual, mesmo quando a terra fosse usada em desacordo com a lei. Dito isso, em outras palavras, a reforma agrária capitalista propunha apenas a mudança dos proprietários da terra, com uma dupla

¹³² GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)**. 15 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 337.

¹³³ MARÉS, Carlos Frederico. **Desapropriação Sanção por Descumprimento da Função Social?..** op., cit., p; 71.

mobilização do capital: transformar uma terra improdutiva em produtiva e liberar dinheiro aos latifundiários para investir em outros negócios.¹³⁴

Basta ao proprietário o descumprimento de apenas um dos deveres condicionantes da função social a ele legado para a proteção da sua propriedade, para que o seu direito fundamental de acesso à propriedade seja prejudicado e, portanto, “perde as garantias judiciais e extrajudiciais, de proteção da posse, inerentes à propriedade, como o desforço privado imediato (...) e as ações possessórias.”¹³⁵.

Na teoria, quando seus dispositivos são observados de forma conjunta e sistemática, a desapropriação da propriedade rural para fins de reforma agrária pelo descumprimento da sua função social encontra-se bem delineada no texto constitucional. Os requisitos da função social devem ser observados de forma simultânea, de forma que a não observância de um deles já conduziria à desapropriação do imóvel rural.

Por conseguinte, depreende-se do texto constitucional que o descumprimento da legislação ambiental brasileira e suas regras que também regulam os institutos proprietários pode e deve levar à desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária.

A questão se torna complexa na medida em que a propriedade produtiva é inserida como insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, também nos termos da CF/88. “O inciso II, do art. 185 passou a ser trava fundamental para limitar a redistribuição do acesso à terra, pois consolidou uma noção restrita de função social, resumida à sua dimensão econômica.”¹³⁶.

“No que tange à função socioambiental da propriedade rural, em que pese seu inequívoco reconhecimento no bojo do inciso II, do art 186, da CF/88, ainda é possível observar certa resistência por parte dos aplicadores do Direito em admitir a desapropriação, na forma do art. 184 do citado diploma, imóvel que, a despeito de atender aos parâmetros normativos de produtividade, viole ostensivamente a ordem pública ambiental. Proceder de tal maneira, entretanto, equivale a negar força normativa à CF/88, em desrespeito à regra contida em seu art. 5º, § 1º, que determina a aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais, tal como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.”¹³⁷

¹³⁴ MARES, **Função Social da Terra**. op. cit., p. 88.

¹³⁵ COMPARATO, Fábio Konder. **Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/comparato/comparato_direitos_deveres_fundamentais_materia_propriedade. Acesso em: 10/08/2017. p. 8.

¹³⁶ SAUER; FRANÇA, op. cit., p. 297

¹³⁷ GONÇALVES, op. cit., p. 113

A interpretação deste dispositivo fica a cargo do Judiciário que vem obstando de forma reiterada a reforma agrária “pelo só fato da discussão da produtividade da terra, mantido os índices estabelecidos há 40 anos, ainda antes da revolução verde, como se o artigo 185 fosse o dispositivo baliza de toda política agrícola, agrária e fundiária da Constituição de 1988.”¹³⁸.

Dentro de uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico brasileiro, conforme já explanado, não há propriamente uma contradição entre direito de propriedade e a proteção jurídica do meio ambiente, também de aplicabilidade imediata. Inclusive, a preservação ambiental é essencial para uma garantia futura da utilidade do direito de propriedade¹³⁹ e, portanto, da produtividade¹⁴⁰ do imóvel rural, assunto até então tratado de forma exaustiva.

O conceito legal de produtividade, portanto, deve ter como premissa o cumprimento a legislação econômica, agrária e ambiental e trabalhista. Não alcança níveis de produtividade licitamente o proprietário que fraudar a lei. Dessa forma, é suscetível de desapropriação sancionatória o imóvel que alcançou níveis de produtividade descumprindo a legislação ambiental”¹⁴¹

Sem embargo, o que se vê é que no momento de sua realização, no mundo dos fatos, do “ser”, o direito ao meio ambiente e o direito de propriedade tendem a entrar em conflito, gerando problemas que ultrapassam os limites do “dever ser” e trazem consigo valores e questões econômicas, culturais e jurídicas envoltas de certa complexidade.

“Propriedade e Meio Ambiente são valores essenciais eleitos pela Sociedade e elevados à esfera constitucional como Direitos Fundamentais. Por esta sua condição, são considerados Princípios Jurídico Constitucionais a Proteção ao Direito de Propriedade e a Proteção ao Meio Ambiente. Esses princípios, apesar de, em tese, conviverem pacificamente no sistema constitucional, no momento de sua realização podem entrar em Conflito. O Conflito se dará quando o atendimento ao Princípio da Proteção ao Meio Ambiente acarretar intervenções significativas na Propriedade Privada, impedindo a plena realização do Princípio de Proteção ao Direito de Propriedade.”¹⁴²

¹³⁸ MARÉS, Carlos Frederico. **Função Social da Propriedade**. op., cit., 195.

¹³⁹ BORGES, op. cit., p. 204

¹⁴⁰ “(...) redefinir a produtividade, como produtividade social, de interesse social, e não o só e ínfimo nível de produção fornecido pelo Grau de Utilização da Terra e seus similares, criados em uma época já, de longe, ultrapassada.” MARÉS. **Função Social da Propriedade** op. cit., p. 196

¹⁴¹ FIGUEIREDO, op. cit. p. 34.

¹⁴² CAVEDON, op. cit., p 176

Na lição de Anderson Schreiber¹⁴³, “o princípio da função social consubstancia valores existenciais que, privilegiados pelo próprio ordenamento constitucional, devem prevalecer quando em conflito com valores meramente patrimoniais”. Ainda assim, o autor reflete que a ponderação deve se dar de forma a assegurar que haja a menor restrição possível de tais valores, procurando evitar a supressão de um deles, em benefício do outro.

Nos casos de conflito entre o interesse público de proteção do meio ambiente e os interesses privados relacionados ao direito de propriedade, explicita Fernanda de Salles Cavedon¹⁴⁴, que o primeiro deve preponderar sobre o último, pois diz respeito a toda coletividade. Dessa forma, se preciso sopesar os valores em conflito, o maior peso seria atribuído à proteção ambiental, por ser de Interesse Público, em detrimento da proteção do Interesse Privado. Nada obstante, não se pode deixar de levar em consideração os interesses envolvidos, bem como as particularidades do caso concreto.

Para a resolução desse tipo de conflito, a autora faz menção ao Princípio da Proporcionalidade:

“O Princípio da Proporcionalidade, efetivamente, poderá ser aplicado como subsídio na solução do Conflito entre Princípios Jurídico Constitucionais referentes à Propriedade e proteção do Meio Ambiente, apresentando-se como um critério de Justiça apto a orientar as decisões onde se faz necessário proceder ao sopesamento de valores conflitantes, evitando arbitrariedades.”¹⁴⁵

Já na opinião de Vladimir Passos de Freitas, em julgamentos de conflito entre interesses do desenvolvimento com o da proteção ambiental, a solução deve ser aquela que faça prevalecer a conservação dos recursos naturais, visto que são finitos e, por esta razão, merecem especial atenção. Havendo conflito de interesses, continua o autor, “deverá sempre prevalecer o público sobre o particular e, neste particular, é imprescindível que os juízes sejam intransigentes na proteção do meio ambiente.”¹⁴⁶

Por sua vez, Gustavo Ferreira Santos enuncia:

¹⁴³ SCHREIBER, Anderson. **Função Social da Propriedade na Prática Jurisprudencial Brasileira**. p. 20

¹⁴⁴ CAVEDON, op. cit., p. 175

¹⁴⁵ Ibidem., p. 178

¹⁴⁶ FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição e a Efetividade das Normas Ambientais**. op. cit, 246..

“De outra parte, também é bom frisar, não há um *jus subietionis* instituidor de um dever de suportar o proprietário, sem reparação pecuniária, uma redução absoluta ao exercício das faculdades inerentes à ideia de propriedade, que venha a anular, na prática, tal direito. No caso concreto é que será possível aferir se está sendo imposta uma limitação compatível com o exercício do direito de propriedade ou se sofre o titular daquele direito uma excessivamente onerosa imposição. Caso se verifique a redução próxima à anulação prática do próprio instituto da propriedade, os ônus devem ser repartidos por toda a sociedade, com a instituição de um dever de indenizar a ser suportado pelo poder público.”¹⁴⁷

Ainda nas palavras do referido autor¹⁴⁸, o caminho a ser seguido pelo intérprete e aplicador do direito é, “no processo de concretização, já no seu primeiro passo, de natureza hermenêutica, delineia-se um conceito de propriedade submetido às exigências ambientais.” e, por conseguinte, não há colisão de direitos fundamentais, partindo do pressuposto que “a interpretação já indica que não há intersecção entre os âmbitos normativos dos dois direitos, posto que não protege o direito de propriedade as condutas contrárias ao meio ambiente.”.

O proprietário, ao deixar de cumprir a legislação ambiental, e assim, a função socioambiental da propriedade, está descumprindo um dever e, deste modo, perde o direito de acesso aos instrumentos de proteção e garantia da propriedade rural, sendo que esta fica a mercê da desapropriação para fins de reforma agrária.

Ocorre que, na realidade brasileira, o número de casos efetivos envolvendo a efetiva desapropriação é ínfimo frente à demanda e ao número de propriedades descumpridoras dos requisitos da função socioambiental da propriedade. Há um total desrespeito com os preceitos constitucionais que regulam a matéria.

Principalmente em relação à desapropriação por descumprimento da legislação ambiental, a sua mera discussão ainda é uma raridade no cenário brasileiro e, em consequência disso, pouquíssimos casos são judicializados.

¹⁴⁷ SANTOS, Gustavo Ferreira dos. Direito de propriedade e direito a um meio ambiente ecológico: colisão de direitos fundamentais?. **Revista de Informação Legislativa** [online]. 200, v. 37, n. 147, pp. 15-28. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/603>. Acesso em; 29/09/2017, p. 25.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 26

3 DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: UMA DESAPROPRIAÇÃO POSSÍVEL (?) E JUSTA

3.1 Caso Fazenda Campo do Paiol

Apesar do texto constitucional não deixar dúvidas acerca da possibilidade de desapropriação do imóvel rural quando se observar o descumprimento da legislação ambiental, raríssimos foram os casos que sequer ensejaram essa discussão no judiciário.

A pesquisa usará o caso da Fazenda Campo do Paiol, localizada no município de Taió em Santa Catarina.

O objetivo é demonstrar a construção dispensada ao caso pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que abriu um importante precedente ao autorizar o prosseguimento do processo de desapropriação do imóvel em razão da não observância da função social, em seu aspecto ambiental.

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos da Apelação Cível nº 2007.7211.0010000-1/SC¹⁴⁹ negou provimento à apelação interposta pela proprietária do imóvel, e manteve a sentença de primeiro grau que considerou legal o ato administrativo que autorizou a desapropriação da Fazenda Campo do Paiol para fins de reforma agrária.

O processo administrativo expropriatório teve origem na degradação do meio ambiente verificada na propriedade. Conforme consta nos autos, a propriedade vinha sendo sofrendo diversos danos ambientais.

No relatório do 5º Pelotão da Guarnição Especial da Polícia Militar Ambiental foram constatados danos à floresta nativa, mediante corte raso e uso de fogo realizado sem licença ou autorização da autoridade competente, impactando inúmeras espécies nativas da flora local, além de atingir área de preservação

¹⁴⁹ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação Cível nº 2007.72.11.001000-1/SC. Apelante: Hilda Goetten. Apelado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Relatora: Des. Federal Marga Inge Barth Tessler. **D.E.**, Santa Catarina, 15 jun. 2011. Disponível em: <https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=3619745>. Acesso em: 20/10/2017.

permanente (APP). Funcionava também na fazenda atividade potencialmente poluidora, sem licença do órgão ambiental competente.

Ainda, informou-se o flagrante de transporte de 7,55 m³ de toras de araucárias sem acompanhamento da Autorização de Transporte de Produto Florestal (ATPF). No momento de apurar de onde as toras teriam sido retiradas, observou-se o corte raso de diversas espécies nativas, como a araucária e o xaxim.

A proprietária alegou que a fazenda se tratava de grande propriedade produtiva, invocando os índices de grau de utilização da terra e de eficiência na exploração, desconsiderando a área degradada, e, portanto seria insuscetível de desapropriação; que o dano ambiental estaria sendo superestimado pelo INCRA; que a empresa para quem havia arrendado as terras era a responsável pelos impactos ambientais; que a área seria imprópria para fins de reforma agrária, pois só comportaria o assentamento 11 famílias e, por fim, que a área encontrava-se ocupada.

Isto posto, invocando a interpretação conjunta dos dispositivos constitucionais que regem a função social, e em razão das comprovadas atrocidades ambientais perpetradas na propriedade, a decisão assim precisou:

“Assim, a partir da interpretação sistêmica dos artigos 184 a 186 da Constituição Federal, a propriedade produtiva somente é insuscetível de desapropriação, se cumpre sua função social e, portanto, se utiliza adequadamente dos recursos naturais disponíveis e preserva o meio-ambiente.

Com efeito, a produtividade (grau de utilização da terra ou eficiência da exploração) do imóvel deve ser conciliada com o atendimento de sua função social, sob pena de se tornarem sem sentido os artigos 184 e 186 da Constituição Federal.

[...]

Por conseguinte, verificada a ocorrência de dano ambiental de grande monta, não parece crível que o imóvel esteja atendendo à sua função social. Pelo contrário, o uso inadequado dos recursos naturais e a ausência de preservação do meio ambiente atentam contra a função social da propriedade.

Igualmente, deve ser rejeitada a alegação da parte autora de que não concorreu para a prática do dano constatado, pois a responsabilidade pelo dano ambiental é objetiva e propter rem. Vale dizer, o proprietário, independentemente de culpa ou dolo, por ela responde, o que não impede eventual direito de regresso contra terceiro.”

Sobre a questão da ocupação pelos assentados da reforma agrária, a relatora Marga Inge Barth Tessler consignou que a invasão ocupou uma extensão pequena da propriedade, ainda que representativa para a sua administração, e não

alterou os níveis de produtividade do imóvel, motivo pelo qual a desapropriação não deveria ser obstada.

Diante da falta do laudo de avaliação, argumentou-se que, tendo em vista ser aquela a primeira fase do procedimento expropriatório destinada ao levantamento de dados e informações da propriedade, e considerando o laudo Agrônomo de Fiscalização com vistoria da área acostado aos autos, a ausência do laudo de avaliação não inviabiliza o prosseguimento do processo administrativo, já que vistoria para avaliação da área poderia ser feita novamente na segunda fase, judicial. Por fim, a corte julgou que o fato do imóvel abrigar apenas 11 famílias de assentados, por si só, não impede desapropriação.

No entanto, no julgamento do Recurso Especial nº 1.424.013¹⁵⁰ interposto pela proprietária do imóvel, o Superior Tribunal de Justiça, sem entrar no mérito da questão do descumprimento da legislação ambiental, considerou a Fazenda insuscetível de desapropriação nos termos do art. 2, §6º da Lei 8.629/93¹⁵¹, visto que a propriedade foi ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) antes da elaboração de laudo de vistoria e avaliação do imóvel.

Segundo o entendimento daquele Tribunal, independentemente da extensão ocupada ser ínfima, afetando ou não os níveis de produtividade do imóvel, é devida a suspensão do processo expropriatório em decorrência do esbulho.

Apesar da posterior interrupção em sede de Recurso Especial do processo de desapropriação por conta da ocupação dos trabalhadores rurais sem-terra na Fazenda Campo do Paiol, o acórdão do Tribunal Regional da 4ª Região reconheceu a possibilidade da desapropriação quando verificado o descumprimento da legislação ambiental, numa orientação que poderá ser seguida em outros casos.

Como restou bem consignado na decisão do TRF4, os níveis de produtividade da terra devem ser conciliados com o atendimento da função social do

¹⁵⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.424.013-SC. Recorrente: Hilda Goetten – Espólio. Recorrido: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Relator: Ministro Og Fernandes. **DJe**, Brasília, 05 dez. 2014. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=41878633&num_registro=201304013476&data=20141205>. Acesso em; 20/10/2017.

¹⁵¹ “Art. 2º (...) § 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. “

imóvel, que compreende a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente, para que, desta forma, não se esvazie o sentido dos artigos 184 e 186 da Constituição Federal.

Nada obsta que este e outros Tribunais façam uso da mesma interpretação sistêmica do texto constitucional para efetivar a desapropriação de outros imóveis que se encontrem em flagrante inobservância das normas ambientais.

3.2 Discussão dos resultados: a necessária mudança de racionalidade para a promoção da agrobiodiversidade

No caso da Fazenda Campo do Paiol, visualizou-se o corte de árvores de forma ilegal, sem qualquer licença ou autorização, resultando em danos à floresta nativa da região, atingindo, inclusive, área de preservação permanente.

Esta não é uma situação isolada e circunstancial, conforme corrobora os resultados do relatório da FAO “O Estado das Florestas do Mundo”¹⁵², já aqui apresentados, de que a responsabilidade de quase 70% do desmatamento na América Latina é do agronegócio.

O próprio relatório coloca a desnecessidade do desmatamento para o aumento da produção, incentivando o uso sustentável dos recursos naturais, incentivos agrícolas associados a critérios ambientais, adoção de práticas silvipastoris, bem como a recuperação das pastagens degradadas.

A degradação das pastagens implica também em aspectos muito negativos para a imagem desse agronegócio, devido as perdas de solo por erosão, redução da disponibilidade de água no solo, assoreamento dos corpos d'água e perda de biodiversidade vegetal e animal.”¹⁵³

¹⁵² FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura. **FAO: Agronegócio foi responsável por quase 70% do desmatamento na América Latina.** Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/425810/>>. Acesso em: 16/10/2017.

¹⁵³ EMBRAPA. **Sistemas Silvipastoris.** Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/safs/>>. Acesso em: 17/10/2017.

Outro relatório, o OCDE-FAO sobre “Perspectivas Agrícolas no Brasil: desafios da agricultura brasileira 2015-2024”, também já apontou que o crescimento agrícola brasileiro pode ser alcançado de forma sustentável¹⁵⁴.

Dessa forma, com a atenção que se forma em torno dos impactos ambientais pelo processo de intensificação da agricultura moderna “é o primeiro alerta para a busca por práticas de agricultura sustentável, que conservem os recursos naturais, mas sem comprometer os níveis de produção que garantam a segurança alimentar”¹⁵⁵.

Não está a se propor o aniquilamento de toda a estrutura do agronegócio, pois se reconhece a sua importância na economia brasileira, mas sim uma mudança de mentalidade e adequação do modelo aos ditames ecológicos e sociais, de modo a promover a qualidade de vida no campo e nas cidades, haja vista que a continuidade da satisfação dos interesses dos grupos hegemônicos “não deixará o país assumir o seu potencial de oferecer alternativas firmes para solucionar a crise ambiental que ocupa o centro das atenções globais.”¹⁵⁶

Nas propriedades rurais, a adoção de técnicas agrosilvipastoris, que buscam a integração agricultura e floresta, pode ser uma das respostas para que se atinja um meio ambiente rural ecologicamente equilibrado, sem que se opere a perda da produtividade do imóvel e este tenha as condições de fornecer alimentos saudáveis de forma sustentável.

Ainda assim, muitos latifúndios não estão interessados em técnicas de aumento de produtividade em acordo com o manejo florestal e seguem descumprindo de forma reiterada a legislação ambiental a qual a propriedade é submetida, acarretando, muitas vezes, a perda da biodiversidade local, que a longo prazo pode tornar o imóvel improdutivo.

A situação é gritante, mas as estruturas política, econômica e jurídica atuais não têm conseguido gerenciar de forma adequada a defesa dos recursos naturais,

¹⁵⁴ Relatório OCDE-FAO: crescimento agrícola do Brasil pode ser alcançado de forma sustentável. **Notícias Agrícolas**, 03 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/158268-relatorio-ocde-fao-crescimento-agricola-do-brasil-pode-ser-alcancado-de-forma-sustentavel.html#.WfCECfISzIV>>. Acesso em: 20/10/2017

¹⁵⁵ CARMO, Maristela Simões do; PINTO, Mauro Sérgio Vianello; COMITRE, Valeria. Estratégias agroecológicas e intervenção em assentamentos humanos: extensão de um rural sustentável. p. 244. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. MDA, Brasília, 2008. p. 253.

¹⁵⁶ ISAGUIRRE-TORRES; FRIGO, op. cit., p. 27.

pecando na solução dos problemas ecológicos que aparecem, o que deve levar à sua revisão “no sentido de uma maior democratização das mesmas, e sua adequação aos interesses e valores morais e ambientais, valorizando o papel do indivíduo e da Sociedade nos processos decisórios.”¹⁵⁷

Enquanto se espera que isso aconteça, ainda são recentes e raríssimas as decisões dos Tribunais que valorizam o cumprimento da função socioambiental da propriedade.

Num mundo onde o respeito à ordem socioambiental se desse de forma completa e adequada, ao serem desapropriadas em razão da não observância das normas ambientais, as propriedades herdariam uma nova chance para a recuperação do meio ambiente degradado e uma produção voltada para a promoção da agrobiodiversidade.

“; (...) não pode desapropriar uma terra que cumpra a função social, não porque ela esteja protegida, mas porque a reforma agrária se faz exatamente para que se cumpra a função social. Isto é, uma terra que cumpre a função social não necessita ser reformada, portanto, não pode ser desapropriada. (...) na reforma agrária sim, o que a lei pretende é dar novo ordenamento territorial para as terras que cumpram sua função social de produção adequada ao meio ambiente.”¹⁵⁸

Sendo a propriedade desapropriada, o novo proprietário, independente de quem seja, deve cumprir aqueles deveres jurídicos da função ambiental que foram desrespeitados por aquele que teve a terra desapropriada.¹⁵⁹ Isto é, as famílias assentadas na terra que foi desapropriada não se desincumbem de seus deveres para com o meio ambiente e a função social em geral da propriedade.

É o que já acontece e vem sendo cada vez mais estimulado no âmbito de diversos assentamentos da reforma agrária. Nos últimos anos, o MST assumiu para si a tarefa de promover a agroecologia nos assentamentos, na luta contra o modelo produtivo hegemônico caracterizado pelo monocultivo, produção de alimentos transgênicos e usos de agrotóxicos, e buscando a emancipação humana sem deixar de considerar as implicações ecológicas. Para tanto:

¹⁵⁷ CAVEDON, op. cit., p. 56.

¹⁵⁸ MARÉS, Carlos Frederico. **Desapropriação Sanção por Descumprimento da Função Social?**. p. 70-71.

¹⁵⁹ BORGES, op. cit., p. 200

“Busca redefinir formas de produção, a partir da autonomia (decisão de qual alimento produzir e consumir), diversificação (alternativas à produção tradicional de trigo, milho, soja e arroz) e do aumento de escala na produção diversificada de alimentos baratos e saudáveis para a população, rompendo com a noção de nichos de mercado ambientalmente corretos.”¹⁶⁰

Nesta perspectiva, os pequenos produtores adquirem um papel cada vez maior no desenvolvimento rural sustentável do Brasil¹⁶¹. São essas experiências que podem levar o Brasil a resgatar sua agrobiodiversidade, com mais incentivo aos produtores para a produção agrícola de alimentos saudáveis, dignificando a vida no campo e na cidade, com respeito à ordem natural rural.

¹⁶⁰ FRADE, Fernanda; SAUER, Sérgio. O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos da reforma agrária no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, p. 64-95, 2017. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/203/113>. Acesso em: 22/10/2017. p. 80.

¹⁶¹ FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura. **Iniciativa regional da FAO aponta agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável e a agenda 2030**. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1043666/>>. Acesso em: 22/10/2017.

CONCLUSÃO

Propôs a presente pesquisa destrinchar o tema da função socioambiental da propriedade rural e a possibilidade de desapropriação para fins e reforma agrária pelo descumprimento da legislação ambiental, no entanto, sem a pretensão de esgotar o assunto, considerando as inúmeras facetas que esta complexa discussão enseja.

As atividades econômicas, entre elas a agricultura, devem ser exercidas observando a preservação e manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental de toda coletividade e princípio da ordem econômica constitucional.

Neste sentido, foram apresentados os problemas enfrentados na efetivação de uma compatibilização entre agricultura e floresta no cenário capitalista atual, sobretudo, as dificuldades trazidas pela Nova Lei Florestal, eminentemente agrária. Em contrapartida, viu-se que esta articulação ainda é possível e deve ser estimulada, a partir de técnicas de produção agrícolas que mitiguem os impactos ambientais.

A Constituição Federal provê em seus dispositivos as condições necessárias para a efetivação da função socioambiental da propriedade rural. Ainda assim, combater as interpretações equivocadas do texto constitucional e normas infraconstitucionais é uma tarefa árdua, na qual se deve perseverar.

Direito proprietário e função socioambiental da propriedade rural não expressam condutas antagônicas. Em verdade, se coadunam com o objetivo de manter a terra produtiva sem que esta perca suas qualidades naturais essenciais, com a preservação do ecossistema à sua volta.

O INCRA, que figura como responsável pela implementação da reforma agrária no Brasil, tem a obrigação de ser diligente em suas fiscalizações e, ao se deparar com casos de flagrante desobediência das leis ambientais nos imóveis rurais, deve dar início, o mais rápido possível, ao procedimento de desapropriação, lançando mão de todas as provas de violação ambiental dentro da propriedade.

O processo de expropriação da Fazenda Campo do Paiol mostra que, apesar de um longo caminho a ser ainda percorrido pelo judiciário brasileiro, é possível termos decisões favoráveis no tocante à desapropriação para fins de

reforma agrária quando o imóvel rural falha no respeito a sua função socioambiental, ainda que seja um processo moroso e que leve tempo a ser concretizado devido a limitações que a própria lei agrária impõe.

A desapropriação para fins de reforma agrária por descumprimento da legislação ambiental não serve apenas para conscientizar os grandes proprietários rurais de que a preservação dos recursos naturais do imóvel é devida e necessária para o cumprimento de sua função socioambiental, estando intimamente ligada ao desenvolvimento da produtividade da terra.

É também um importante instrumento de política pública, justiça social e ambiental, para que a população assentada possa recuperar a terra outrora degradada e desenvolver suas atividades na busca pela melhoria da qualidade de vida no campo, com o resgate do respeito ao solo, florestas, águas, animais, em suma, de toda biodiversidade ali inserida.

Os reflexos não são vistos apenas no campo, já que como consequência de práticas agrícolas sustentáveis, as cidades recebem alimentos mais diversificados e saudáveis. Há, neste contexto, uma dignificação de todas as formas de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ciro; BARCELOS, Iuri; GALLO, João Otávio. **As falhas e inconsistências do Cadastro Ambiental Rural**. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/as-falhas-e-inconsistencias-do-cadastro-ambiental-rural/>. Acesso em: 16/10/2017.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Função ambiental da propriedade rural**: direito ambiental, função social da propriedade, bens ambientais, espaços territoriais especialmente protegidos, indenização, legislação, jurisprudência. São Paulo: LTr, 1999.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambient. soc.** [online]. 2005, vol.8, n.1, pp. 51-64. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2005000100004&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20/08/2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto 2.250**, de 11 de junho de 1997. Dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado a reforma agrária e dá outras providências;

BRASIL. **Lei Complementar nº 76**, de 06 de julho de 1993. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária

BRASIL. **Lei nº 4.504** de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/cadastro-ambiental-rural>>. Acesso em: 16/10/2017

BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação Civil Pública**. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2010/06/acp-indices-produtividade.pdf>>. Acesso em: 16/10/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.424.013-SC. Recorrente: Hilda Goetten – Espólio. Recorrido: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Relator: Ministro Og Fernandes. **DJe**, Brasília, 05 dez. 2014. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=41878633&num_registro=201304013476&data=20141205>. Acesso em: 20/10/2017.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação Cível nº 2007.72.11.001000-1/SC. Apelante: Hilda Goetten. Apelado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Relatora: Des. Federal Marga Inge Barth Tessler. **D.E.**, Santa Catarina, 15 jun. 2011. Disponível em: <https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=3619745>. Acesso em: 20/10/2017.

BUSTAMANTE, Patrícia; DIAS, Terezinha. **Segurança Alimentar e Agrobiodiversidade**. Disponível em: <https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/188194/mod_resource/content/1/BUSTAMANTE%20e%20DIAS%20sd.pdf>. Acesso em: 13/10/2017.

CARMO, Maristela Simões do; PINTO, Mauro Sérgio Vianello; COMITRE, Valeria. Estratégias agroecológicas e intervenção em assentamentos humanos: extensão de um rural sustentável. p 244. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. MDA, Brasília, 2008.

CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função Social e Ambiental da Propriedade**. Florianópolis: Visualbooks, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. **Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/comparato/comparato_direitos_deveres_fundamentais_materia_propriedade>. Acesso em: 10/08/2017.

DANTAS, Marcus Eduardo de Carvalho. **Da função social da propriedade à função social da posse exercida pelo proprietário**: uma proposta de releitura do princípio constitucional. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p23.pdf>. Acesso em: 16/07/2017.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo; Max Limonad, 1997.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **A função social da propriedade e a tutela processual da posse**. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/3diderjrfuncaosocial.pdf>. Acesso em: 10/07/2017.

EMBRAPA. **Sistemas Silvopastoris**. Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/safs/>>. Acesso em: 17/10/2017.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura. **FAO: Agronegócio foi responsável por quase 70% do desmatamento na América Latina**. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/425810/>>. Acesso em: 16/10/2017.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura. **Iniciativa regional da FAO aponta agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável e a agenda 2030**. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1043666/>>. Acesso em: 22/10/2017.

FERNANDES, Gabriela de Menezes; FACCO, Vinicius Antonio Banzato. Agroecologia e MST no leste paranaense: as experiências do assentamento do Constestado (LAPA/PR) e do Acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR). **Revista Pegada**, v. 16, n. especial, mai. 2015. Disponível em: <revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/3524/2882>. Acesso em: 27/10/2017

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **A propriedade no direito ambiental: a dimensão ambiental da função social da propriedade**. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Esplanada, 2005.

FOLADORI, Guilherme. **Avanços e limites da sustentabilidade social**. Disponível em:

<<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/214/176>>. Acesso em: 15/08/2017.

FRADE, Fernanda; SAUER, Sérgio. O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos da reforma agrária no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, p. 64-95, 2017. Disponível em: <<http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/203/113>>. Acesso em: 13/10/2017.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. **Perfil Constitucional da função social da propriedade**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/446/r141-02.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 15/07/2017.

FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 238.

GONÇALVES, Mariana Berardinelli Vieira Braz. Função socioambiental da propriedade como corolário do Estado Socioambiental Democrático de Direito Brasileiro. **Revista Direito Ambiental e sociedade**. 2017, vol. 7, n.1, p. 88-119. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4865/290>>. Acesso em: 25/08/2017.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)**. 15 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Imóvel Rural Improdutivo**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/imovel_improdutivo>. Acesso em: 18/10/2017.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Obtenção de Terras**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras>. Acesso em: 18/10/2017.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. **Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2012.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya; FRIGO, Darci. **Série cadernos da agrobiodiversidade: desenvolvimento rural, meio ambiente e direitos dos agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais**. Volume 2, Terra de Direitos: Curitiba, dez. de 2013. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/relatorio-PDA-1.pdf>>. Acesso em: 27/10/2017.

LITTLE. Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Disponível em: <<http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf>>. Acesso em: 10/07/2017.

MACHADO, Altair Toledo; SANTILI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20agrobiodiversidade%20com%20enfoque%20agroecol%C3%B3gico%20-%20implica%C3%A7%C3%B5es%20conceituais%20e%20jur%C3%ADdicas.pdf>>. Acesso em: 13/10/2017.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: O Editor, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico. Desapropriação Sanção por Descumprimento da Função Social?. **Revista de Direito Agrário** [online]. 2006, ano 19, n.18. Disponível em: <<http://www.abda.com.br/revista18/pdf/artigos/Desapropria%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 18/07/2017.

MARÉS, Carlos Frederico. **Função Social da Propriedade**. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_3_1_CARLOS_MARES.pdf>. Acesso em: 15/10/2017.

NOGUEIRA, Alexandre de Castro. A (in)aplicabilidade do princípio da proibição de retrocesso ambiental no direito brasileiro. **Revista de Direito e Liberdade**, v. 15, p. 11-37, 2013. Disponível em: <http://www.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/viewFile/542/527>. Acesso em: 17/10/2017.

PETERS, Edson Luiz. **Meio Ambiente e Propriedade Rural**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

PILATI, José Isaac. **Propriedade e função social na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RELATÓRIO OCDE-FAO: crescimento agrícola do Brasil pode ser alcançado de forma sustentável. **Notícias Agrícolas**, 03 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/158268-relatorio-ocde-fao-crescimento-agricola-do-brasil-pode-ser-alcancado-de-forma-sustentavel.html#.WfCECflSzIV>>. Acesso em: 20/10/2017

SANTOS, Gustavo Ferreira dos. Direito de propriedade e direito a um meio ambiente ecológico: colisão de direitos fundamentais?. **Revista de Informação Legislativa** [online]. 200, v. 37, n. 147, pp. 15-28. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/603>>. Acesso em; 29/09/2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Estado socioambiental e o mínimo existencial (ecológico?): algumas aproximações. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.) **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

SAUER, Sérgio; FRANÇA, Franciney Carreiro de. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, Salvador, v. 5, n.65, p. 285-307, Maio/Ago. 2012. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=930>>. Acesso em: 16/07/2017.

SCHRAMM, Franciele Petry. **Código Florestal não preserva integralmente a biodiversidade, apontam advogados durante julgamento no STF**. Terra de Direitos, 2017. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/codigo-florestal-nao-preserva-integralmente-a-biodiversidade-apontam-advogados-durante-julgamento-no-stf/22615>>. Acesso em: 20/09/2017.

SCHREIBER, Anderson. **Função Social da Propriedade na Prática Jurisprudencial Brasileira**. Disponível em: <xa.yimg.com/kq/groups/24009970/.../Schreiber%2520-%2520Propriedade.pdf>. Acesso em: 15/07/2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 6. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI – a história de um livro**. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 151-163, 2011. Disponível em:

<http://www.dpi.inpe.br/Miguel/AnaPaulaDAlasta/Acta_Geografica_CidadesAmazonicas_EdicaoEspecial_2011/MariaLauraSilveira_HistoriaLivro_Acta_Geografica_2011.pdf>. Acesso em: 15/08/2017.

SOUZA, Oswaldo Braga de. **STF inicia o mais importante julgamento da história sobre meio ambiente, na quarta (13/9)**. Instituto Socioambiental (ISA), 2017. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-inicia-proxima-quarta-139-o-mais-importante-julgamento-da-historia-sobre-meio-ambiente>>. Acesso em: 20/09/2017.

TANCREDO, Maria Isabel. Desapropriação para Fins de Reforma Agrária nos Casos de Descumprimento das Funções Social, Ambiental e Trabalhista. **Revista Insurgência**. Brasília, ano 1, v.1, n.2, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/viewFile/20048/14238>>. Acesso em: 15/10/2017.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. MDA, Brasília, 2008.